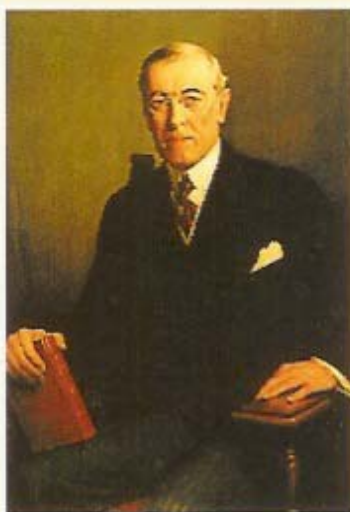




NORMAN ANGELL

A GRANDE ILUSÃO



Prefácio
José Paradiso

Imprensa Oficial do Estado
Editora Universidade de Brasília
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coleção



Comité Editorial:

Celso Lafer

Marcelo de Paiva Abreu

Gelson Fonseca Júnior

Carlos Henrique Cardim

A reflexão sobre a temática das relações internacionais está presente desde os pensadores da antigüidade grega, como é o caso de Tucídides. igualmente, obras como a *Utopia*, de Thomas More, e os escritos de Maquiavel, Hobbes e Montesquieu requerem, para sua melhor compreensão, uma leitura sob a ótica mais ampla das relações entre estados e povos. No mundo moderno, como é sabido, a disciplina Relações Internacionais surgiu após a Primeira Guerra Mundial e, desde então, experimentou notável desenvolvimento, transformando-se em matéria indispensável para o entendimento do cenário atual. Assim sendo, as relações internacionais constituem área essencial do conhecimento que é, ao mesmo tempo, antiga, moderna e contemporânea.

No Brasil, apesar do crescente interesse nos meios acadêmico, político, empresarial, sindical e jornalístico pelos assuntos de relações exteriores e política internacional, constata-se enorme carência bibliográfica nessa matéria. Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa de Relações Institucionais - IPRI, a Editora Universidade de Brasília e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo estabeleceram parceria para viabilizar a edição sistemática, sob a forma de coleção, de obras básicas para o estudo das relações internacionais. Algumas das obras incluídas na coleção nunca foram traduzidas para o português, como *O Direito da Paz e da Guerra* de Hugo Grotius, enquanto outros títulos, apesar de não serem inéditos em língua portuguesa, encontram-se esgotados, sendo de difícil acesso. Desse modo, a coleção *Clássicos IPRI* tem por objetivo facilitar ao público interessado o acesso a obras consideradas fundamentais para o estudo das relações internacionais em seus aspectos histórico, conceitual e teórico.

Cada um dos livros da coleção contará com apresentação feita por um especialista que situará a obra em seu tempo, discutindo também sua importância dentro do panorama geral da reflexão sobre as relações entre povos e nações. Os *Clássicos IPRI* destinam-se especialmente ao meio universitário brasileiro que tem registrado, nos últimos anos, um expressivo aumento no número de cursos de graduação e pós-graduação na área de relações internacionais.

Coleção *Clássicos IPRI*

TUCÍDIDES

“História da Guerra do Peloponeso”

Prefácio: Hélio Jaguaribe

E. H. CARR

“Vinte Anos de Crise 1919-1939.

Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais”

Prefácio: Eiiti Sato

J. M. KEYNES

As Conseqüências Econômicas da Paz”

Prefácio: Marcelo de Paiva Abreu

RAYMOND ARON

“Paz e Guerra entre as Nações”

Prefácio: Antonio Paim

MAQUIAVEL

“Escritos Selecionados”

Prefácio e organização: José Augusto

Guilhon Albuquerque

HUGO GROTIUS

“O Direito da Guerra e da Paz”

Prefácio: Celso Lafer

ALEXIS DE TOCQUEVILLE

“Escritos Selecionados”

Organização e prefácio: Rodrigues Ricardo Velez

HANS MORGENTHAU

“A Política entre as Nações”

Prefácio: Ronaldo M. Sardenberg

IMMANUEL KANT

“A Paz Perpétua e outros Escritos Políticos”

Prefácio: Carlos Henrique Cardim

SAMUEL PUFENDORF

“Do Direito Natural e das Gentes”

Prefácio: Tércio Sampaio Ferraz Júnior

CARL VON CLAUSEWITZ

“Da Guerra”

Prefácio: Domicio Proença

G. W. F. HEGEL

“Textos Selecionados”

Organização e prefácio: Franklin Trein

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

“Textos Selecionados”

Organização e prefácio: Gelson Fonseca Jr.

NORMAN ANGELL

“A Grande Ilusão”

Prefácio: José Paradiso

THOMAS MORE

“Utopia”

Prefácio: João Almino

“Conselhos Diplomáticos”

Vários autores

Organização e prefácio: Luiz Felipe de Seixas Corrêa

EMERICH DE VATTEL

“O Direito das Gentes”

Tradução e prefácio: Vicente Marotta Rangel!

THOMAS HOBBS

“Textos Selecionados”

Organização e prefácio: Renato Janine Ribeiro

ABBÉ DE SAINT PIERRE

“Projeto para uma Paz Perpétua para a Europa”

SAINT SIMON

“Reorganização da Sociedade Européia”

Organização e prefácio: Ricardo Seitenfuss

HEDLEY BULL

“A Sociedade Anárquica”

Prefácio: Williams Gonçalves

FRANCISCO DE VITORIA

“De Indis et De Jure Belli”

Prefácio: Fernando Augusto Albuquerque Mourão

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado: Professor CELSO LAFER

Secretário Geral: Embaixador OSMAR CHOIFI

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - **FUNAG**

Presidente: Embaixadora THEREZA MARIA MACHADO QUINTELLA

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA – **CHDD**

Diretor: Embaixador ALVARO DA COSTA FRANCO

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – **IPRI**

Diretor: Conselheiro CARLOS HENRIQUE CARDIM

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – **UnB**

Reitor: Professor LAURO MORHY

Diretor da Editora Universidade de Brasília: ALEXANDRE LIMA

Conselho Editorial

Elisabeth Cancelli (*Presidente*), Alexandre Lima, Estevão Chaves de Rezende Martins, Henryk Siewierski, José Maria G. de Almeida Júnior, Moema Malheiros Pontes, Reinhardt Adolfo Fuck, Sérgio Paulo Rouanet e Sylvia Ficher.

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor Vice-Presidente: LUIZ CARLOS FRIGÉRIO

Diretor Industrial: CARLOS NICOLAEWSKY

Diretor Financeiro e Administrativo: RICHARD V AINBERG



NORMAN ANGELL

A GRANDE ILUSÃO

Prefácio:
José Paradiso

Tradução:
Sérgio Bath

Imprensa Oficial do Estado
Editora Universidade de Brasília
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

São Paulo, 2002

Copyright© 1987 Universidade de Brasília

Título Original: *The Great Illusion* (Publicado originalmente em 1910)

Tradução de Sérgio Bath

Direitos© desta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02 bloco C n° 78, 2° Andar

70300-500 Brasília, DF

A presente edição foi feita em forma cooperativa pela Editora Universidade de Brasília com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI/FUNAG) e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Todos os direitos reservados conforme a lei. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora Universidade de Brasília.

Equipe técnica:

EIITI SATO (planejamento editorial)

ISABELA SOARES (Assistente)

VERA LÚCIA GOMES SEVEROLLI DA SILVA (Revisão)

Fotolitos, impressão e acabamento:

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Angell, Norman

A grande ilusão / Norman Angell; Prefácio de José Paradiso; Trad. Sérgio Bath (1a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002 LVI, 312 p. ,23 cm – (Clássicos IPRI, 6)

ISBN: 85.7060.089-5 (Imprensa Oficial do Estado)

1 – Relações Internacionais; I. título II. série.

CDU – 327

Índices para catálogo sistemático:

SUMÁRIO

PREFÁCIO A EDIÇÃO BRASILEIRA	IX
PREFACIO DO AUTOR À EDIÇÃO ESPANHOLA	LI
SINOPSE	LIII

PRIMEIRA PARTE

O aspecto econômico

I. Defesa da guerra sob o aspecto econômico	3
II. Os modernos axiomas estatísticos	11
III. A grande ilusão 21	
IV. Impossibilidade do confisco	37
V. O comércio exterior e o poder militar	51
VI. O sofisma da indenização	67
VII. Da posse de colônias	81
VIII. A luta por “um lugar ao sol”	99
IX. O que ensina a história contemporânea	115

SEGUNDA PARTE

A natureza humana e o aspecto moral

I. Defesa psicológica da guerra	135
II. Defesa psicológica da paz	145
III. A permanência da natureza humana	167
IV. As nações belicosas possuem realmente a terra?	185
V. A força física como fator de importância decrescente: resultados psicológicos	211
VI. O Estado considerado como um indivíduo: falsidade da analogia e suas conseqüências	237

TERCEIRA PARTE

Resultados práticos

I.	Relação entre defesa e agressão	261
II.	Armamentos, mas não só armamentos	269
III.	Será possível a reforma política?	279
IV.	Os métodos	291
ÍNDICE REMISSIVO		303

PREFÁCIO

Norman Angell: A Grande Ilusão

José Paradiso

PACIFISMO e militarismo na fronteira entre dois séculos

Juntamente com as questões social, nacional, democrática e religiosa, a da guerra e da paz foi um dos temas que mais provocou atenção por parte dos que viveram na transição entre os séculos XIX e XX, fossem governantes, intelectuais ou homens e mulheres comuns. Em torno desses temas ocorreram os mais inflamados choques políticos e os mais ardorosos debates ideológicos. Certamente essas preocupações não eram novas, mas um conjunto de circunstâncias, entre elas a forma como tais questões se vinculavam entre si, faziam com que ganhassem uma intensidade como poucas vezes no passado.

Devido à distância em que pareciam ter ficado as disputas napoleônicas e às características da ordem mundial que as haviam sucedido, os mais otimistas se tinham apressado a anunciar o desaparecimento definitivo do flagelo da grande guerra. Julien Benda lembraria: “Em 1898 estávamos sinceramente convencidos de que a era das guerras terminara. Durante os quinze anos transcorridos entre 1890 e 1905 os homens da minha geração acreditaram realmente na paz mundial.” Sem dúvida essa idéia resultava da constatação de que

durante quase um século tinham sido registrados dois grandes ciclos de paz, e que só houvera cerca de um ano e meio de luta entre os maiores países europeus. No entanto, atribuir essa crença a toda uma geração era um exagero, sobretudo porque esse otimismo contrastava com uma corrida armamentista que crescia ano após ano, e na qual as potências embarcavam com entusiasmo não dissimulado.

A rigor, durante toda a última parte do século XIX, um novo cenário mundial se havia formado, com a completa convergência e cruzamento de idéias e de fatos, por trás dos quais estavam as forças da industrialização e do nacionalismo, ambas destinadas a minar as bases do sistema pós-napoleônico. Na ordem dos fatos, sobressaíam as crescentes tensões a que se via submetido o equilíbrio manifestado como um concerto de potências, mas que em última instância descansava sobre os ombros da Inglaterra, e que permitira o grande hiato que se seguiu à Conferência de Viena. A efervescência nacional golpeava as bases do sistema internacional. A guerra franco-prussiana não só selou a unidade alemã, como queria Bismarck, mas ativou uma nova lógica de reacomodações e confrontações entre as potências, as quais começaram a elaborar uma trama de alianças e contra-alianças que promovia animosidades, prevenções e previsões.

Ao lado das circunstâncias políticas, mas não de forma independente, produzia-se uma transformação no cenário econômico mundial, de facetas variadas e com múltiplas conseqüências. O que importava não eram as manifestações conjunturais – retração entre 1875 e 1895 e expansão de 1895 até as vésperas da Primeira Grande Guerra – ou o desempenho de novas potências industriais que reduziam as vantagens obtidas pela Inglaterra, mas sim o fenômeno que havia na sua base: uma nova fase do desenvolvimento capitalista materializada

na aceleração do impulso integrador do mercado mundial, associado a impressionante progresso tecnológico. Qualquer que fosse o lugar ocupado pelo observador nesse processo, e a sua interpretação do mesmo, ninguém deixava de perceber a presença cada vez maior do poder financeiro e da grande empresa, e menos ainda a “diminuição do mundo” e a fenomenal interdependência dos seus componentes, produzida pelos avanços assombrosos nos transportes e nas comunicações. Como lembra Marc Ferro, no transcurso de poucas décadas “as distâncias diminuem, o mundo encolhe, os intercâmbios se multiplicam e a unidade dos hemisférios é afirmada.”¹

Naturalmente, os fatos políticos e econômicos se tocavam em muitos pontos, estabelecendo relações complexas com as idéias. As mudanças no mapa do poder e a crescente competição entre as potências alimentavam a corrida imperialista, dilatando assim o âmbito geográfico em que ela se desenvolvia. Uma após a outra, as regiões periféricas disponíveis para a expansão européia caíam sob o controle de potências ávidas de mercados, de posições estratégicas ou simplesmente de glória e prestígio. Esse movimento, que não se limitou aos protagonistas europeus, mas incluiu o aporte de duas potências emergentes – os Estados Unidos e o Japão –, tinha começado no princípio dos anos oitenta, acelerou-se por volta de 1885 e teve seu maior desenvolvimento entre 1890 e 1906. Após esse ano, o processo tendeu a diminuir de impulso, embora continuasse a oferecer motivos de fricção, como ocorreria com a crise marroquina de 1911.

Igualmente profundas eram as transformações que ocorreriam na esfera militar. A explosão demográfica, os novos padrões industriais

¹ Marc Ferro, *La Grall Gran Guerra*, Madrid, Alianza, 1969.

e o desenvolvimento científico se uniriam para montar um cenário que vinha amadurecendo desde meados do século mas que em sua última fase adquiriu perfis singulares e impulso renovado. Independentemente da rapidez com que se integravam nos corpos doutrinários dos Estados Maiores, as inovações no campo dos armamentos, juntamente com a revolução das comunicações, anunciavam a transformação radical da natureza da guerra, sua duração, intensidade e conseqüências humanas e materiais. O fuzil de carregamento automático, o aperfeiçoamento da metralhadora, a pólvora sem fumaça, com base na nitrocelulose granulada, a dinamite e a cordite, os canhões retro-carregáveis de maior potência, alcance, precisão e rapidez de tiro, os couraçados mais velozes, dotados com maior potência de fogo, as minas marítimas, os submarinos e torpedos, os dirigíveis e, pouco depois, os aviões eram as peças mais destacadas de arsenais beneficiados por uma inovação tecnológica que parecia inesgotável e que alimentava a corrida armamentista, em termos quantitativos e qualitativos, na qual se criava uma complementação funcional entre o Estado e o mercado.

Ano após ano as grandes empresas, dedicadas à produção dos instrumentos de guerra mais sofisticados, produziam artefatos de maior potência mortífera, e se empenhavam em ampliar a carteira de sua clientela, formada por estados. Para isso aproveitavam todas as disputas, primeiramente açulando-as, direta ou indiretamente, depois vendendo suas armas aos dois grupos em conflito. Do lado dos Estados, a lógica de igualar forças com rivais efetivos ou presumidos predominava sobre a prudência orçamentária. Nenhum deles parecia disposto a permitir de bom grado que os outros se tornassem mais fortes, e a adoção de armas mais sofisticadas exigia dos rivais um novo esforço para não ficar em posição de inferioridade. A construção de cada um estimulava

a dos outros, e todos definiam a sua segurança em termos da posse de uma superioridade de forças que dissuadisse qualquer rival eventual. Na verdade, a paz armada não seria monopólio das grandes potências européias, estendendo-se também às regiões da periferia onde houvesse países com litígios fronteiriços ou desejosos de ganhar poder ou influência.

O aumento da população permitia formar grandes exércitos, baseados na instauração do serviço militar universal, prática que se difundiu rapidamente de país a país, a partir do exemplo dado pela Alemanha. Entre 1870 e 1896 os efetivos militares desse país triplicaram, chegando a três milhões de homens; os da França igualaram esse número, os da Rússia ultrapassaram quatro milhões e os da Áustria os dois milhões. No mesmo período, as despesas correspondentes à defesa nacional das principais potências européias aumentaram em mais de cinquenta por cento. Paralelamente, os militares galgavam os lugares mais altos na escala do prestígio social, e a vida nos quartéis era evocada como um afastamento benéfico das vicissitudes e incertezas do mundo do trabalho e dos negócios.

A despeito de sua curta duração, o conflito franco-prussiano de 1870-1871 havia representado um passo adiante no sentido da “guerra total”. Nunca antes o Estado e a população de uma sociedade se haviam empenhado daquela forma em uma luta de morte contra o Estado e a população de outra. Dizia-se que os dois povos mais organizados e nacionalistas da Europa tinham chegado a “degolar-se mutuamente”. Nessa guerra, para a qual as duas potências mobilizaram quase três milhões e meio de soldados, as baixas por todos os motivos foram de cerca de 450 mil, e no transcurso das hostilidades foi introduzida uma novidade aterradora: o bombardeio de cidades indefesas.

O que estimulava o negócio das armas para alentar a paz armada era a difusão das idéias do “nacional militarismo”, com sua conjugação de realismo político com a exaltação do poder. Como se sabe, um dos fenômenos ideológicos mais singulares da segunda metade do século XIX foi a conversão do nacionalismo de cunho liberal, surgido com a Revolução Francesa na condição de ideário do direito das nacionalidades, em um pensamento reacionário que opunha a nação à democracia, e se incumbia de auspiciar a expansão imperialista. A força e o “sagrado egoísmo” eram os traços característicos de uma nova concepção da nação. A vibração patriótica se difundia por todo o corpo social, convertendo-se, de certo modo, em uma das formas de reação coletiva diante dos fenômenos nascidos da unificação econômica do mundo. Esta vibração levaria centenas de milhares de jovens aos campos de batalha com uma atitude de júbilo festivo.

O nacionalismo de tom patriótico encontrou um aliado inesperado no progresso da educação e no surgimento da imprensa de massa. Não se verificou a presunção liberal de que esses progressos deveriam conduzir à formação de uma opinião pública bem informada que atuasse para conter os ímpetus discricionários e belicosos de reis, generais e diplomatas; com efeito, estes encontrariam novos pretextos para os seus jogos de poder. A lógica capitalista não se atraía: os lucros de muitas empresas jornalísticas cresceriam à medida que inflamavam as emoções dos leitores e seus preconceitos étnicos, religiosos e nacionais.

A legitimação do léxico do poder constituía uma das notas características da época. O que políticos ou governantes estavam naturalmente dispostos a fazer encontraria respaldo valioso na argumentação exibicionista de filósofos e cientistas. Conforme a

recomendação de um estadista austríaco, ecoando lições de Treitschke, tratava-se de que quem tivesse poder decidisse conservá-lo, utilizando-o em seu proveito. O filósofo Walter Bagehot afirmava: “As nações mais fortes tendem a prevalecer sobre as outras, e em certos aspectos notáveis a mais forte tende a ser a melhor.”

Para uma geração que vivia sob o extraordinário impacto intelectual da *Origem das Espécies*, era inevitável a extensão das idéias de Darwin ao campo social e político. O poder e a força seriam critérios irrecorríveis da verdade. A conversão do conceito de nação ao nacionalismo com certeza não teria sido possível, pelo menos com a virulência com que ocorreu, sem a irrupção, com respaldo científico, de um novo elemento da cultura política da época: a idéia de que na vida do homem a competição não podia ser considerada qualitativamente diferente da existente na natureza.

Esse nacionalismo, fortemente comprometido com a corrida armamentista, se combinava com um pensamento belicista que, por sua vez, crescia com a contribuição de diferentes vertentes. Este era o raciocínio dos que viam a guerra como uma fatalidade, à qual era necessário ajustar-se com realismo mais ou menos resignado, assim como dos que proclamavam a sua conveniência e estavam dispostos a dar-lhes as boas-vindas. Uns argumentavam que o flagelo tinha raízes na agressividade intrínseca da natureza humana, sendo portanto irreduzível. Outros diziam que se tratava de um fator adequado para proteger ou restaurar a saúde das sociedades; segundo Renan, era “a chicotada que impede que um país adormeça e que obriga a mediocridade a sacudir a sua apatia”. Para uns, era a caldeira na qual se fundiam as forças revolucionárias, para outros a arena apropriada à restauração das virtudes aristocráticas. Em certas ocasiões, era o meio

de recuperar as forças espirituais de sociedades carcomidas pelas materialidades burguesas; em outros casos, a oportunidade para ativar o aparelho produtivo, saldar as contas sociais internas e impor silêncio à agitação revolucionária.

A rigor, esta variedade de abordagens podia ser resumida em duas vertentes principais; a que enfatizava as motivações de ordem material e a que ponderava os componentes espirituais: interesses práticos ou apelos morais. Ora a guerra era defendida em nome das vantagens econômicas que proporcionaria ao vencedor, ora por atuar como um antídoto contra o vírus do materialismo consumista.

Para reconstruir o clima predominante na época é preciso levar em conta a força que chegou a ter essa “ética da guerra”; da mesma forma, essa percepção é importante para que se compreenda as razões pelas quais, quando finalmente a guerra aconteceu, foi recebida com júbilo autêntico pelos povos afetados. Sustentava-se não só que a paz duradoura era um sonho, mas que era um sonho pernicioso. Via-se a batalha como um elemento da ordem divina do mundo, em que se manifestavam as virtudes mais nobres do homem: a coragem e a abnegação, o sentido do dever e o espírito de sacrifício: os soldados doavam a sua vida sem exigir qualquer compensação. Sem a guerra o mundo se estancaria, perdendo-se em atividades práticas, de valor obscuro. Dezenas de textos testemunhavam esse ponto de vista. Humboldt dissera que a ação da guerra sobre o caráter de um povo era “um dos instrumentos mais proveitosos para o aperfeiçoamento do gênero humano, devido à insuficiência do estímulo de outros perigos”, e Victor Coussin declarou que era “preciso aplaudir a guerra e glorificá-la, já que não há uma só batalha que a civilização tenha perdido. O vencido é sempre quem merecia sê-lo.” Não podia haver grandeza em

uma nação sem fundamento no campo de batalha, nem tempo tão extenso quanto “o tempo supremo da guerra”.

De certa forma o militarismo aumentava suas apostas teóricas e sua gestão propagandística para neutralizar a corrente pacifista que, sem chegar a converter-se em fenômeno de envergadura, vinha crescendo paralelamente à transformação da guerra moderna, expressando-se através de vozes e ações individuais, assim como a criação de instituições destinadas a advogar contra a guerra e suas conseqüências. Na verdade essas organizações surgiram nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha pouco depois das lutas napoleônicas, nutridas de espírito religioso, particularmente no caso dos *quakers*, e sustentadas pelos defensores do livre comércio, cujos adeptos financiavam muitas vezes as suas atividades. Em 1843 e 1848 foram realizados congressos de alcance mundial nos quais o tema do desarmamento foi considerado.

A Guerra da Criméia (1854-1856) e os conflitos da década de 1860 abriram uma nova etapa na história do pacifismo, dando-lhe maior impulso. Surgiram então muitas entidades que, com freqüência, caminhavam em paralelo aos grupos socialistas. A corrente se ampliou a partir de 1870, de tal forma que, por volta de 1900, já havia mais de quatrocentas sociedades pacifistas. Ao mesmo tempo, muitos juristas e parlamentares criaram suas próprias organizações internacionais para promover o direito público e a prática da arbitragem. Nos Congressos Universais pela Paz, realizados periodicamente desde 1892, as negociações entre governos para resolver suas controvérsias eram apresentadas como os expedientes mais idôneos para a preservação da paz. O *International Peace Bureau*, com secretariado instalado em Genebra,

foi formado como corpo permanente para coordenar e promover esses objetivos.²

Tal como acontecia com o militarismo, a literatura do pacifismo era multiforme, abrangendo desde o tom moralista de Leon Tolstoy até pesquisas sistemáticas, como aquela realizada pelo engenheiro polonês Ivan Bloch. O estudo de Bloch, publicado na Rússia no fim do século, constava de seis tomos, intitulados *O Futuro da Guerra*. Sustentava que, no futuro, os conflitos absorveriam todos os recursos e energias dos Estados combatentes, os quais, incapazes de alcançar uma vitória decisiva, lutariam até a sua ruína total. A interdependência das nações no aspecto financeiro, no comércio e no suprimento de matérias primas significava que o vencedor não se encontraria em situação muito diferente da do vencido. A potência destrutiva das armas modernas provocaria um aumento sensível da mortalidade humana. Os combates de um só dia tinham passado para a história; exércitos inteiros precisariam permanecer entrincheirados semanas e mesmo meses; as batalhas se transformariam em assédios e os não combatentes da população civil seriam arrastados igualmente ao conflito. Nenhum Estado moderno conseguiria alcançar uma vitória sem que os seus recursos ficassem devastados. A guerra era algo que não se deveria permitir, a menos que os combatentes “quisessem suicidar-se”. Com respeito à duração dos conflitos, antes da hipótese de longos enfrentamentos, predominava, nas conjecturas feitas sobre a guerra industrial, a expectativa de choques intensos e curtos.

Em 1908, Charles Richet, catedrático da Universidade de Paris, publicou um estudo destinado a contrapor-se às teses belicistas,

² April Carter, *Peace Movements*, Londres, Longmans, 1992.

advogando em favor de instituições tais como os tribunais internacionais e a prática da arbitragem. Na primeira parte do seu texto procurava rebater os argumentos de base biológica, metafísica, moral, patriótica ou simplesmente oportunista de que se serviam os militaristas; a segunda parte girava em torno da idéia de que a paz era possível, e a abolição da guerra não constituía uma simples quimera. Nessa parte, empregava uma figura à qual têm recorrido habitualmente aqueles que procuram desautorizar os pacifistas mediante julgamentos sobre seu caráter supostamente utópico: “A realização das quimeras do passado nos ilustra a respeito das quimeras do presente.” Com efeito, o regime parlamentar, a abolição da escravidão, o sufrágio universal, a liberdade de imprensa e a educação integral testemunhavam progressos que em algum momento foram considerados pouco menos do que impossíveis.³

Um dado curioso é que Richet, que tinha dirigido a Revista Científica e a Sociedade Pacifista Francesa, estava incluído entre os pacifistas que consideravam que a modernização dos arsenais não representava um elemento negativo, mas podia ter efeitos benéficos. Antecipando o que muitas décadas depois se consagraria como a dissuasão pelo terror, dizia: “quanto mais sangrenta a guerra, mais rara. E se por acaso algum químico hábil pudesse inventar um explosivo capaz de destruir uma cidade inteira, ou todo um exército, a vinte quilômetros de distância, pelo horror da sua invenção ele conseguiria tornar a guerra impossível. Há trinta anos ninguém se atreve a empreender grandes guerras talvez porque se espera sempre um canhão mais rápido ou um fuzil mais mortífero ou uma pólvora mais destrutiva ... Todas as novas máquinas que possam ser criadas serão saudáveis

³ Charles Richet, *o Passado da Guerra e o Futuro da Paz*, Paris, 1908.

para a nossa causa. Elas farão com que a guerra seja tão terrível que nem os mais temerários se atreveriam a arriscar-se nesse jogo espantoso.” Vale lembrar aqui que o inventor da dinamite acompanhava suas gestões em favor da paz com o esforço para desenvolver uma arma tão poderosa e destrutiva que impedisse a guerra pelo temor da destruição mútua dos eventuais antagonistas.

Era previsível que esse movimento pacifista se somasse com entusiasmo à iniciativa inspirada pelo Czar da Rússia) ao finalizar o mês de agosto de 1898. Nicolau II propôs a todas as nações a realização de uma conferência destinada a discutir a situação e a possibilidade de um acordo para a limitação de armamentos. O documento com o qual os governos representados em São Petersburgo eram convidados a participar do evento mencionava o impacto econômico de uma corrida que desperdiçava recursos: “O sistema de aquisição de armamentos sem limites está transformando a paz armada em um ônus angustiante que gravita sobre as nações e que, se prolongado, conduzirá inevitavelmente a um cataclismo que é preciso evitar”. A consistência lógica da exortação não bastava para desfazer o medo das verdadeiras intenções da diplomacia czarista, e menos ainda para dissuadir aqueles que estavam longe de desejar que esse cataclismo fosse evitado. Finalmente, a conferência se reuniu em Haia, em maio de 1899, sem que resultasse em qualquer acordo para provocar uma pausa na paz armada.

A lógica do confronto fazia com que fossem insuficientes todos os diques que se quis construir para conter o ímpeto guerreiro) de modo que o século XX começou com “um ressoar contínuo de tambores” conforme o título dado por Barbara Tuchman a um dos

capítulos do seu livro tão citado.⁴ A guerra do Transvaal e, pouco depois) a guerra russo-japonesa foram advertências premonitórias. A preocupação britânica em manter sua cômoda vantagem nos mares e os programas navais alemães davam um novo impulso à corrida armamentista. O lema do almirantado alemão (“A Alemanha deve ter uma esquadra tão forte que imponha um risco, em caso de ataque) até mesmo ao adversário dotado do poderio naval mais formidável”) desafiava abertamente a supremacia britânica. O padrão estratégico passou a ser o domínio dos mares, seu instrumento os couraçados mais potentes que podiam ser construídos) a sua doutrina a dos livros do Almirante norte-americano Albert Mahan. A primeira lei naval foi aprovada pelo *Reichstag* em 1892, e um novo projeto foi aprovado em 1900. Nos primeiros meses de 1906 a Inglaterra lançou ao mar a primeira de uma série dessas grandes unidades, e Berlim preparou o seu terceiro programa naval, que previa a aceleração do ritmo de produção desses navios. Pressionada pela opinião pública, a autoridade naval teve que reafirmar o “*Two Powers Standard*”, segundo o qual a Coroa devia contar com uma frota tão forte quanto a do conjunto das duas outras maiores potências navais, e em 1909 precisou enfrentar a pressão dos que propunham a construção de oito unidades por ano, contra as quatro anuais previstas pela Alemanha. O refrão “*We went eight and we won’t waij*” (“Passamos para oito e não vamos ficar esperando”) se converteu em um slogan de rápida assimilação por parte de uma sociedade convencida de que essa era a forma de garantir a sua segurança.

⁴ Barbara W. Tuchman, *the Proud Tower: A por/roil of Ibe World Bifore the war, 1890-1914*, N. York, Macmillan, 1966.

Nos dois países a vida parecia girar em torno das respectivas marinhas de guerra. A Alemanha não podia construir um submarino ou montar um novo canhão naval sem que a imprensa britânica lançasse gritos de protesto, e sem que os técnicos calculassem laboriosamente o seu efeito sobre o equilíbrio das duas forças. Os romancistas produziam obras que tratavam da invasão do solo britânico pelos exércitos alemães; em mais de um teatro eram representadas cenas de um eventual ataque; a imprensa popular publicava relatos espantosos sobre a descoberta de planos secretos de invasão.

O novo capítulo dessa paz armada gravitou na celebração da Segunda Conferência Internacional de Haia. A rigor, a idéia de uma reunião desse tipo tinha surgido na mente do presidente Teodoro Roosevelt por volta de 1904, mas para que se concretizasse foi preciso aguardar o fim da guerra russo-japonesa, em que o próprio Roosevelt atuou como mediador. Em 1905 foi novamente o Czar quem retomou a iniciativa, que Roosevelt concordou em acompanhar e que contou em seu favor com a chegada ao poder, na Inglaterra, de um governo liberal com inclinação pacifista, favorável ao desarmamento e à criação de um tribunal permanente de arbitragem. Depois de extensa tramitação que bloqueou a incorporação do tema do desarmamento à agenda da Conferência, esta teve início no dia 15 de junho de 1907, estendendo-se por quatro meses.⁵ À margem das convenções que foram firmadas, especificando regras, direitos e restrições, esta segunda experiência

⁵ Aumentou o número de participantes – 44 países e 256 delegados, entre eles representantes dos países latino-americanos, contra 26 países e 108 delegados na Conferência precedente. Foram criadas quatro comissões – de arbitragem, regulamentos bélicos no mar e na terra e legislação marítima.

não teve mais êxito do que a primeira, e nada pôde fazer para impedir que a corrida armamentista prosseguisse com o impulso de sempre.⁶

Norman Angell e “A Grande Ilusão”

Esta era a situação do mundo em 1909, ano em que Norman Angell, alarmado pelo rumo que tomava a corrida armamentista e o fracasso da recente reunião em Haia, publicou o que viria a ser posteriormente a obra que lhe daria fama, e cujo título, segundo sua própria confissão, tomara de versos de Milton. A rigor, a primeira edição do livro tinha sido um texto curto, apresentado com modéstia, sob o título *Europe's Optical Illusion (A Ilusão de Ótica da Europa)*, mas no qual o autor já desenvolvia o que seriam as linhas gerais da sua tese. Em edições sucessivas, publicadas antes da Primeira Guerra Mundial e traduzidas para vários idiomas, Angell ampliava consideravelmente as suas observações, incorporando as respostas dadas a críticas provocadas pela edição original, especialmente as canalizadas pelo *Daily Mail*, o órgão da imprensa normalmente receptivo às teses belicistas e defensor ferrenhos dos programas navais, além de registrar os novos acontecimentos mundiais daqueles anos.

Quem era Ralph Norman Angell Lane e qual a sua trajetória até aquele momento? Nascera em 26 de dezembro de 1872 em Holbeach, Lincolnshire, na Inglaterra, e sob a influência dos irmãos mais velhos freqüentara textos de Spencer, Voltaire, Darwin, Huxley e Stuart Mill, cujo *Ensaio sobre a Liberdade* seria sua primeira e permanente influência

⁶ Um dado curioso foi a oposição da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos à proibição do emprego de balas dundum e do uso de gases asfixiantes, com o argumento de que não queriam impor restrições à inventividade dos seus cidadãos para criar armas de guerra.

intelectual importante. Quanto à educação formal, passou do nível primário em Londres para o liceu em Paris, voltando a Londres para a escola de comércio e, finalmente, por um curto período, estudou na Universidade de Genebra. Tudo isso até os dezessete anos, idade com que partiu para os Estados Unidos. Ali teve as profissões mais variadas, desde agricultor, em um vinhedo, até vaqueiro. Por fim, dedicou-se ao jornalismo, atuando como repórter em vários diários. Em 1898 voltou à Inglaterra e depois se instalou em Paris, onde confirmou esta última vocação trabalhando como sub-editor de um diário publicado em inglês, e atuando como correspondente de várias outras publicações.

Essa atividade jornalística o familiarizou com o cenário mundial. O impacto de episódios como a guerra entre os Estados Unidos e a Espanha, o caso Dreyfus e a irrupção do “jingoísmo”, o nacionalismo exaltado que invadiu a Inglaterra na época da guerra dos Boers, o levaram a publicar seu primeiro livro, em 1903: *Patriotism Under Three Flags: A Plea for Rationalism in Politics* (*Patriotismo sob três bandeiras: uma defesa do racionalismo na política*). Segundo seu próprio testemunho, além do objetivo de propor uma visão que se afastasse das interpretações materialistas pela ênfase no papel das idéias, esse texto foi parte das gestões que tinha feito para impedir um conflito entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, devido às divergências sobre a forma de se posicionar diante da questão venezuelana.

Mas o nome de Angell está identificado com *A Grande Ilusão*⁷ O que se explica pela enorme repercussão do livro, que vendeu milhares

⁷ *The Great Illusion; A Study of the Relation of Military Power in Nations to their Economic and Social Advantage*, Londres, Heinemann, 1910. No presente estudo as citações são reproduzidas da versão espanhola (*La Grande Ilusión*, Paris, Thomas Nelson and Sons) e da francesa (*La Grande Illusion*, Paris, Nelson).

de exemplares, foi traduzido rapidamente em vários idiomas e mereceu a consideração de muitos dos principais homens públicos da época. Mas terminou deixando na sombra uma vasta produção que se prolongou até a década de 1950. Angell morreu em 1967, aos 95 anos, e tem a seu crédito mais de quarenta títulos, inclusive uma autobiografia, publicada em 1951. Por outro lado, aquele livro e o seu autor permaneceram envoltos em um equívoco notável, tanto no plano acadêmico como no das opiniões mais generalizadas do público. Suas idéias foram colocadas como paradigmas de uma perspectiva idealista das relações internacionais, e na representação popular tendeu-se a identificar o termo “ilusão” com o triunfo da paz – algo que Angell obviamente desejava com fervor – quando na realidade ele se referia à crença errônea de que a guerra podia proporcionar vantagens materiais a quem a empreendia. Neste sentido, a idéia de “ilusão ótica”, tal como havia formulado o título original, refletia com mais fidelidade o caráter singular da sua perspectiva. Seguramente esses equívocos se fortaleceram com a Grande Guerra, que tornava fácil demonstrar o engano de alguém a quem se atribuía ter vaticinado o desaparecimento do fenômeno bélico.

Para analisar a guerra Angell escolheu um ângulo que não era o dos pacifistas, embora seus argumentos contribuíssem inevitavelmente a essa causa. Também não defendeu a não resistência ou o desarmamento unilateral, como alguns dos seus contemporâneos. No prefácio da edição francesa de *A Grande Ilusão*, de 1911, afirma expressamente: “Meu objetivo não é provar que a guerra é impossível, mas que é inútil ... Meu livro não é anti-militarista ou pacifista no sentido ordinário em que esses conceitos são empregados. Não aconselho a nenhuma nação que se descuide da sua defesa, mas procuro

demonstrar que nenhum Estado tem interesse em atacar outro, e que a necessidade de estar permanentemente em condições de defender-se se deve a que cada um acredita que o outro tem esse interesse.” E nas primeiras páginas do livro, distanciando-se das razões esgrimidas habitualmente pela propaganda pacifista, assim como das invocações moralistas do tipo das de Leon Tolstoy, assinalava que, quando o defensor da paz invocava o altruísmo nas relações internacionais, admitia na verdade que o êxito na guerra podia concordar com o interesse, mesmo imoral, do vencedor, o que o igualava com respeito às premissas da questão.

A seguinte frase mostra que Angell estava longe da propaganda a favor do desarmamento unilateral: “Vamos suspender todos os preparativos bélicos com base em que a nossa derrota não pode favorecer nossos inimigos ou causar-nos, em resumo, um prejuízo muito grave? Esta não é em absoluto a conclusão resultante da ordem de considerações aqui expostas. Enquanto prevalecer quase universalmente na Europa o equívoco fictício e imaginário de que o domínio político e militar dos outros países pode proporcionar vantagens materiais tangíveis para o conquistador, todos correm o perigo de que ocorra a agressão.” Enquanto essa ilusão dominasse os espíritos mais ativos da política européia, em termos de política prática era preciso considerar a agressão como uma possibilidade. “Portanto, meu objetivo não é proclamar o desarmamento independentemente do que façam as outras nações. Enquanto a filosofia política da Europa continue sendo o que é hoje, não serei eu quem vai propor a redução de uma só libra esterlina nos nossos orçamentos militares.”

A forma como a obra foi sendo construída, com edições sucessivas acrescentando textos de conferências ou o desenvolvimento

mais pormenorizado de certos temas, além das respostas aos seus críticos, dá-lhe um caráter singular, muitas vezes reiterativo, como o próprio autor se vê obrigado a esclarecer nos respectivos prefácios. De todo modo, o corpo central está composto de três partes principais. A primeira se dedica à análise dos aspectos econômicos gerais, em especial no capítulo terceiro, que repete o título do livro. Os argumentos empregados pelos defensores da guerra e pelos advogados da paz, juntamente com as considerações relativas às premissas morais, psicológicas e biológicas, ocupam o principal da segunda parte, e na terceira são examinadas as conclusões práticas das teses sustentadas pelo autor. Cabe mencionar que as edições de 1913 são mais extensas do que as do ano precedente, pois acrescentam vários capítulos à segunda parte, com amplos comentários sobre a permanência da natureza humana, o domínio das nações belicosas, o emprego decrescente da força física e a falácia de considerar o Estado como uma pessoa.

Longe de anunciar o fim da guerra, Angell a vê surgindo por trás da corrida armamentista, em particular a que envolvia a Alemanha e a Grã-Bretanha. Sustentava: “No mundo moderno a guerra é o fruto da paz armada”. Para evitar esse destino só vislumbrava uma possibilidade: ganhar a batalha das idéias, abrindo uma nova opção entre a grande corrente do realismo militarista e as representações habituais do pacifismo. Essa rivalidade parecia levar a um impasse frente ao qual duas alternativas se abriam; de um lado, a proposta por “uma minoria sonhadora e doutrinária”, de pessoas tidas como incapazes de compreender o mundo em que viviam, a qual preconizava o desarmamento geral ou uma limitação mútua dos armamentos; de outro, o “da grande maioria dos homens práticos”, para quem a situação

de rivalidade estava destinada a desembocar em conflitos armados que haveriam de concluir com a derrota de um dos dois contendores.

O pensamento realista, amplamente majoritário, se sustentava sobre enunciados quase axiomáticos que, na opinião de Angell, até o momento ninguém havia contestado seriamente. Dava-se como certo que, assim como a riqueza inglesa tinha resultado do seu poderio e da expansão colonial, respaldada pela marinha de guerra britânica, a recente ascensão da Alemanha era o fruto dos seus triunfos militares e do aumento da sua influência política. “Na tradição do pensamento político, quando se fala da análise das relações internacionais, tem prevalecido a idéia de que o poder nacional significa riqueza e prosperidade, de que uma nação civilizada pode extrair vantagens da conquista ou da capacidade de impor pela força a sua vontade. Um dos axiomas da política européia, aceito unanimemente, é o de que a estabilidade industrial e financeira de cada nação, a segurança em matéria comercial, em suma, a sua prosperidade e bem-estar dependem da capacidade de defender-se contra os ataques de outras nações, as quais estão sempre prontas a tentar a agressão com o objetivo de aumentar por essa via o seu poder, e com ele sua prosperidade e bem-estar.”

O propósito do livro era demonstrar que, embora aceitas quase universalmente, essas idéias constituíam um dos erros mais enganosos e perigosos que era possível cometer, “erro que comporta uma ilusão ótica ou uma simples superstição.” Como ele mesmo disse em obra posterior, teria sido mais oportuno falar em “palavras disfarçadas”, já que a ilusão a que se refere nascia em grande parte de uma terminologia vaga, inexata e enganosa da política internacional: interesses fictícios e imaginários de possíveis agressores. Na perspectiva de Angell, umas

poucas proposições eram suficientes para demonstrar a debilidade desse “saber consagrado”, proposições que definitivamente podiam ser resumidas em uma única: “Que em nossos dias a única linha de conduta possível para o conquistador consiste em deixar a riqueza do seu território em mãos dos indivíduos que o habitam, e que, por conseguinte, há uma ilusão ótica e uma falácia lógica na idéia alimentada hoje na Europa de que uma nação aumenta a sua riqueza ao expandir o seu território. Mesmo nos casos em que o território não é anexado formalmente, o conquistador não se pode apoderar das riquezas correspondentes, pois o que o impede é a própria estrutura do mundo econômico, baseado no sistema de créditos e bancos que tornam a segurança industrial e financeira do vencedor solidária com a segurança industrial e financeira de todos os centros civilizados, com o resultado de que qualquer confisco ou prejuízo considerável do comércio no território conquistado repercute desastrosamente sobre os interesses do conquistador. Este se acha reduzido assim à impotência econômica, o que significa que o poderio político e militar é economicamente fútil, ou seja, não pode influir em absoluto na prosperidade e bem-estar daqueles que o possuem.”

No passado, a conquista de um território trazia vantagens para o conquistador, mas as condições que tornavam isso possível eram agora obsoletas. Onde se localizava o essencial dessa mudança? Na crescente interdependência das nações, impulsionada pela divisão do trabalho e a facilidade das comunicações. “A mútua subordinação vigente e perceptível através das fronteiras geográficas surgiu principalmente nos últimos quarenta anos, e o seu desenvolvimento e crescimento nesse período foi suficiente para engendrar uma tal relação de dependência recíproca entre as capitais do mundo que qualquer perturbação em

Nova York repercute sob a forma de transtorno no comércio e nas finanças de Londres, e se essa perturbação é considerável, obriga os homens de negócios de Londres a cooperar com os de Nova York para resolver a crise, e não por razões de altruísmo. Em suma, o telégrafo e o banco tornam o uso da força militar economicamente estéril.”

A rapidez do correio, a difusão instantânea das notícias comerciais e financeiras por via telegráfica, e de modo geral o progresso notável havido em matéria de comunicações tinham posto em íntimo contato as seis ou sete grandes capitais do mundo. O rápido desenvolvimento industrial havia dado lugar à intervenção das finanças, convertidas no sistema nervoso da indústria, sob cuja influência ela começava a perder o caráter exclusivamente nacional, assumindo uma dimensão mais internacional. As relações dos Estados entre si se modificavam rapidamente, em obediência à rápida mudança das condições circundantes, estabelecendo um vínculo inevitável de dependência recíproca. A mesma complexidade tende à cooperação universal, agrupando as diferentes unidades em uma ordem independente de toda divisão, de modo que as fronteiras políticas deixavam de demarcar as fronteiras econômicas, ou de coincidir com elas.

Angell pondera muito especialmente o efeito do “caráter instantâneo e imediato” dos fenômenos. Neste cenário, dominado pela “reação telegráfica das finanças”, os conceitos do passado careciam de sentido. Os verdadeiros fatores da prosperidade não tinham a mais remota relação com o poder naval e militar, o que quer que dissesse o linguajar político. “Se não estivéssemos hipnotizados por essa extraordinária ilusão ótica, aceitaríamos o fato de que a prosperidade de um povo depende de fatores tais como a riqueza natural do solo que habita, sua disciplina social e o seu caráter industrial, resultado de

anos, de gerações, séculos talvez, de tradição sustentada e um processo seletivo lento e minucioso.”

As questões relativas à natureza humana e ao papel do Estado constituem dois elementos centrais da sua argumentação. Com respeito ao primeiro tema, a imutabilidade era um dos fundamentos de todos os discursos militaristas, mas Angell sustenta que o problema não é mudar a condição dos homens, mas a sua conduta, a qual pode ser modificada por reavaliações fundamentadas em novas percepções, novas idéias e novas instituições. Cita como exemplos a tendência a um abandono gradual e amplo do recurso à força física: o desaparecimento da antropofagia, dos sacrifícios humanos, da escravidão, da queima de hereges, dos tormentos judiciais, do duelo. Com relação ao Estado, vislumbra a sua transformação e uma erosão relativa da sua capacidade, produto da gravitação das forças que provocam a “dependência mútua e complexa do mundo moderno”, e atuam por cima da vontade das unidades políticas, e a despeito delas.

Angell pensava estar assistindo a mudanças no papel do Estado: um reforço da nacionalidade, diante das tendências cosmopolitas, e o surgimento de novas formas de sociabilidade internacional. Nesse sentido, é eloqüente a citação de um antigo membro do *Foreign Office* que, em conferência dedicada ao exame da situação mundial dizia: “O traço mais notável das relações internacionais em nossos dias é o aumento das exposições, associações e conferências internacionais de toda espécie, sobre todas as matérias imagináveis. Temos aqui presentemente, em forma de todo embrionária, um grupo de fatores, aliás opostos entre si, mas que concordam pelo menos em um ponto: a organização da sociedade sobre bases distintas da divisão territorial e nacional.”

Diferentes causas contribuíam para modificar os ódios tradicionais entre os países. De um lado as nações se tornavam cada vez mais complexas; de outro, os interesses dominantes da humanidade começavam a transcender as simples divisões entre os Estados. Em terceiro lugar, o aprimoramento das comunicações tendia a contrapor a solidariedade das classes e das idéias à solidariedade estatal: “Jamais tinha havido um mecanismo destinado a animar e personificar os interesses, as idéias e os ideais coletivos que vemos dilatar-se sobre toda demarcação fronteiriça. Normalmente as pessoas não percebem até que ponto nossas atividades se tornaram internacionais. Duas grandes forças se internacionalizaram: o capital e, de outro lado, o trabalho e o socialismo. Os movimentos operário e socialista sempre foram internacionais, e tendem a sê-lo cada vez mais.”

De outro lado, o desenvolvimento mercantil acentuava o fato de que a verdadeira base da moralidade social era o interesse próprio de uma comunidade, entendido como a garantia das condições de maior bem-estar para a massa do povo: uma vida tão plena quanto possível, a abolição ou redução da pobreza e das carências, melhor vestimenta e habitação, a capacidade de prever o atendimento das necessidades da velhice e da doença, o prolongamento da vida e sua maior alegria.

Com muita freqüência Angell recorre à experiência dos países pequenos para exemplificar a inclinação para a paz e mostrar que a prosperidade e o bem-estar não estavam relacionados com o poder militar. Suíça, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Suécia eram exemplos mencionados habitualmente, pois esses países desfrutavam de tanta prosperidade e bem-estar quanto os habitantes da Alemanha, Rússia, Áustria ou França, e, em termos *per capita*, o seu comércio superava o das grandes potências. Assim como se inferia dos dados sobre a riqueza

industrial das nações, a prosperidade dos pequenos Estados prescindia de armamentos e não era devida aos tratados que garantiam a sua neutralidade, de onde se podia deduzir que a segurança nacional tinha condições de utilizar outros meios em lugar da força militar.

A experiência dos países latino-americanos está presente igualmente em *A Grande Ilusão*, refletindo não só o nível de informação do autor, mas a sua capitalização de experiências e observações que tinha acumulado em várias viagens pelo México e a América Central. No prefácio da edição espanhola Angell esclarece que os princípios e forças que tinha procurado analisar no seu livro se revestiam de interesse especial para a América do Sul. Confessa que essa região lhe havia proporcionado grande parte dos exemplos usados para tornar inteligível a ação daquelas forças e princípios. A influência do desenvolvimento industrial sobre as condições políticas era um problema que precisava ser investigado por todos os que se preocupavam com o bem-estar dos seus países, e isto era precisamente o que ele se propunha a investigar. Concluía, assim, que “a despeito das aparências em sentido contrário, a América Hispânica se encontra mais próxima de algum tipo de confederação prática do que a própria Europa.”

Podemos observar que, se a evolução dos países sul-americanos apoiava as teses postuladas em *A Grande Ilusão*, em trabalhos anteriores a sua perspectiva tinha sido um pouco diferente, e nos livros dos anos 1930 sua visão foi mais pessimista. Em notas jornalísticas escritas pouco depois da guerra entre Estados Unidos e Espanha, Angell interpretava a derrota da Espanha como o drama de uma nação de forte tradição militarista que precisou resignar-se diante das qualidades que o regime industrial tinha fomentado nos norte-americanos, carentes de tradições e hábitos militares. A realidade do Sul do continente, tal como lhe

parecia manifestar-se até essa época, resultava precisamente da herança do militarismo espanhol, que frustrava as possibilidades de convivência pacífica entre as partes. “Temos ali uma vintena de Estados semelhantes entre si em todos os aspectos políticos e sociais. Nada os distingue. Semelhantes uns aos outros em língua, leis, ideais étnicos, instituições, etc., estão contudo de tal forma hipnotizados com a pretensa ‘necessidade da defesa nacional’ e com o prestígio e o brilho de manter uma organização militar complicada e custosa para defender-se uns dos outros.” Para fundamentar sua interpretação menciona os conflitos entre Nicarágua e El Salvador, Peru e Chile, Peru e Colômbia, Chile e Argentina. Na sua opinião, essa realidade contrasta com a existência de “condições propícias para uma grande confederação”, neutralizadas pelo desperdício de energia em torno de assuntos “tão insignificantes em si mesmos como as estradas da Patagônia, que estiveram a ponto de provocar uma guerra entre as duas repúblicas meridionais.”

Em *A Grande Ilusão* Angell comenta que nos anos transcorridos desde sua caracterização anterior a situação da América do Sul havia sofrido uma mudança profunda, já que a região ingressara decididamente na corrente econômica mundial, justificando assim a frase de Spencer, para quem a graduação às formas superiores do homem e da sociedade dependia do “declínio do espírito militar e da preponderância da industrialização”. Devido à instalação de fábricas que representavam grandes inversões de capital, de bancos, empresas comerciais etc., a atitude dos interessados nessas empresas se modificou, e o nacionalista exaltado, o aventureiro militar, o político fraudulento aparecem sob sua verdadeira luz, “não como patriotas úteis, mas como agentes destruidores e perniciosos”.

A América Hispânica parecia finalmente em vias de sacudir o jugo do militarismo. Estados onde o repúdio de empréstimos era um acontecimento familiar e característico da vida política se tinham tornado tão sólidos e respeitáveis como a *City* de Londres, fazendo-se notar pelo cumprimento estrito das suas obrigações. “Durante mais de cem anos esses países foram um antro de desordens e de atropelo perpétuo, de ambições pessoais que disputavam entre si os despojos de querelas sanguíneas. No espaço de quinze ou vinte anos tudo isso mudou ... A explicação não é complicada ... Esses países, como a Argentina e o Brasil, gravitaram para o círculo do comércio, do câmbio e das finanças internacionais. As relações internacionais se ampliaram e fortaleceram, a ponto de fazer com que o repúdio dos empréstimos passasse a ser a forma menos produtiva do roubo. Esses países não se podem dar ao luxo de deixar de honrar as suas dívidas; se o tentassem, poriam em risco as propriedades de todo tipo, vinculadas direta ou indiretamente com o desempenho regular das funções oficiais; os bancos seriam comprometidos; os grandes negócios soçobriariam e haveria protestos da comunidade econômica e fiscal em massa.”

Outro tema que mereceu a Angell uma reflexão importante é o que se refere à analogia entre Estado e indivíduo. Em sua maior parte as hostilidades internacionais se baseavam no conceito errôneo de que o Estado inimigo era uma personalidade homogênea, com responsabilidade análoga à de uma pessoa que nos atacasse e que, por isso, nos incitasse a devolver o golpe recebido; no entanto, não se pode atribuir ao Estado esse caráter de pessoa ou indivíduo, a não ser em termos limitados, e cada vez mais estreitos. A diversidade de interesses materiais e morais do agrupamento coletivo falseia completamente aquela analogia. Há quem fale de um país – da Alemanha, por exemplo

– como se os seus atos resultassem de uma opinião determinada, adotada por um ou outro partido, e não, como acontece na realidade, de um corpo de opiniões submetidas a todo tipo de forças que influenciam desigualmente o conjunto, imprimindo-lhe uma constante oscilação. A afirmativa de que as relações mútuas entre as nações só podem ser determinadas por meio da força, e que a agressividade no âmbito internacional se expressará sempre pela luta material das nações são outros corolários da falsa analogia do Estado com uma pessoa.

A Grande Ilusão conclui com um capítulo que reitera as críticas ao pacifismo, tal como este se manifestava habitualmente, e onde já se revela a diferença entre “pacifismo” e “pacificismo”.⁸ Angell questionava as declarações acadêmicas em favor da paz, baseadas em motivos de abnegação e altruísmo. De acordo com o seu ponto de vista, entre o pacifista e o defensor da *Realpolitik* havia uma distinção intelectual e não moral, e a suposição de moralidade superior em que o primeiro costumava estribar-se na verdade pouco favorecia a sua causa: “Não faremos grandes progressos enquanto persistirmos na crença de que motivos elevados e teor moral é tudo quanto se necessita nas relações internacionais, e que a correta compreensão desses problemas ocorreria por meio de caminhos maravilhosos ou pela sua própria virtude, independentemente de um esforço intelectual sustentado e sistemático.”

Em várias edições posteriores a 1910, *A Grande Ilusão* foi precedida de comentários suscitados a políticos, economistas, jornalistas ou militares. A análise dessas manifestações, mesmo as provenientes dos mais úmidos, punha em evidência a aceitação quase

8 M. Ceadel, *Pacifism in Britain, 1914-1945*, Oxford, Clarendon Press, 1980.

unânime de que se tratava de uma contribuição genuína aos debates sobre o tema, de que não se podia prescindir em qualquer discussão. O *Daily Mail* o considerava um dos livros que tinham despertado o interesse e estimulado o pensamento no século XX. *The Nation* afirmava que nenhuma obra produzira uma maior revolução entre aqueles que dirigem o curso dos acontecimentos. Finalmente, para *The Evening Post*, o livro era uma obra revolucionária da maior importância, uma completa demolição das idéias convencionais sobre a política internacional – algo correspondente ao que fora *A Origem das Espécies* no campo da biologia.

É paradoxal comprovar que, longe de desqualificá-lo por um presumível idealismo, muitos viam em Angell um espírito realista, uma demonstração livre de sentimentalismo, a expressão fiel dos fundamentos econômicos e políticos do mundo contemporâneo ou uma das contribuições mais brilhantes ao estudo das relações internacionais. Até mesmo órgãos vinculados às forças armadas expressavam o seu reconhecimento. Assim, em uma publicação naval norte-americana lia-se o seguinte: “Se todos os anti-militaristas pudessem defender sua causa com a imparcialidade e a honradez do Senhor Angell estaríamos dispostos a acolhê-los não como inimigos inconciliáveis, mas como bons camaradas intelectuais. Ele condensou nesse livro mais idéias sólidas e sadias do que as apresentadas por todas as sociedades pacifistas no curso da sua existência.”

Antes do início da Primeira Guerra Mundial, Angell escreveu dois outros textos nos quais ampliava as teses desenvolvidas em *A Grande Ilusão*. São eles: *The Peace Theories and the Balkan War* (*As teorias da paz e a guerra dos Balcãs*), de 1912, e *Arms and Industry: A Study of the Foundations of International Policy* (*Armas e a indústria: um estudo dos*

fundamentos da política internacional, de 1914. E durante o transcurso da conflagração publicou, em 1915, *America and the New World State: A Plea for American Leadership in International Organization (A América e o Estado do Novo Mundo: um pleito pela liderança americana na organização internacional)*.

Às vésperas do conflito, Angell tinha defendido a tese de que a Grã-Bretanha devia manter-se à margem do conflito, tendo fundado para isso a *Neutrality League*; frustrado esse objetivo, criou, juntamente com Ramsay MacDonald, Bertrand Russell, Charles Trevelyan, Edward Morel e outras personalidades, a *Union for Democratic Control*, entidade que se pronunciaria contra a diplomacia secreta, e em favor da democratização do serviço exterior britânico. Já em agosto de 1914 a UDC divulgou um manifesto que fixava critérios para a ordem no pós-guerra: rejeitava a possibilidade de que uma região pudesse ser transferida de um país para outro sem o consentimento da sua população e propunha que nenhum tratado ou acordo fosse feito sem sanção parlamentar, e sem garantir o controle democrático da política exterior. A Grã-Bretanha não devia propor alianças destinadas a estabelecer equilíbrios de poder, mas orientar-se para uma ação concertada entre as potências e a constituição de um Conselho Internacional cujas deliberações e decisões fossem públicas. Chegado o momento dos acordos de paz, devia apoiar um plano orientado para conseguir uma redução drástica dos armamentos de todos os países beligerantes, facilitando esse objetivo com a nacionalização das indústrias de armamentos e o controle das exportações de armas de um país para outro.

Depois da Grande Guerra

Como o desaparecimento da guerra não era parte das suas idéias, Angell não se sentiu desmentido pela tragédia que se prolongou por quatro longos anos. Do seu ponto de vista, essa experiência confirmava a maioria dos argumentos esgrimidos no seus escritos anteriores, e assim o sustentou em obras posteriores, embora admitisse que algumas das suas previsões não se tinham realizado. Entre outras, a de que o conflito se limitaria a um confronto entre Alemanha e Grã-Bretanha, e de que os outros países se negariam a financiá-lo, ou de que os estados não teriam a capacidade de salvaguardar a sua moeda e mobilizar seus recursos de modo a poder sustentar um esforço bélico prolongado, conforme demonstraram. Da mesma forma, se surpreenderia com a pouca resistência oferecida pelas entidades de classe às lealdades nacionais.

Onde não errou foi ao avaliar o significado das reparações impostas em Versalhes à Alemanha derrotada. Em *A Grande Ilusão* tinha dedicado todo um capítulo para demonstrar o “sofisma da indenização”, ressaltando as conseqüências paradoxais da atitude de punição econômica dos vencidos. Especificamente, procurou contestar o argumento daqueles que se valiam do exemplo dos duzentos milhões de libras da indenização imposta pela Alemanha à França, no fim da guerra de 1870-1, como prova de que uma nação podia ganhar dinheiro com uma guerra. Devido às novas condições econômicas e financeiras, “a imposição de tributos a um povo vencido tornou-se uma impossibilidade econômica, e a fixação de indenizações tão custosas, direta ou indiretamente, tem resultado extremamente desfavorável como operação financeira.” Embora a frota e o exército da Alemanha tivessem

sido aniquilados, subsistiriam milhões de trabalhadores, que seriam tão mais industriosos quanto maiores fossem suas provações e sofrimentos; trabalhariam em suas fábricas e explorariam suas minas com tal afino e diligência que não tardariam a ser os mesmos rivais de antes, com ou sem exército, com ou sem esquadra.

Imposto praticamente por uma opinião pública que proclamava de boa fé a sua confiança em que a guerra que terminara teria posto fim a todas as guerras, o Tratado de Versalhes lhe parecia um compêndio de quase todos os sofismas que havia criticado no seu livro. Os termos do Tratado demonstravam que todas as nações pretendiam anexar novos territórios e aspiravam a beneficiar-se economicamente. Em quase nenhuma parte transparecia a crença de que a prosperidade de um país dependia da prosperidade dos seus vizinhos; de que a estabilidade econômica não podia ser alcançada a não ser por meio da cooperação internacional. Todos os países queriam ter uma posição preponderante para garantir a sua segurança.

É oportuno lembrar que, com respeito a esses temas, as opiniões de Angell contidas em dois livros – *The Peace Treaty and the Chaos of Europe* (O tratado de paz e o caos da Europa) (1919) e *The Fruits of Victory* (Os frutos da vitória) (1921) – caminhavam em paralelo e ecoavam muitas das críticas formuladas por John Maynard Keynes à política de reparações, no seu livro, justamente célebre, *The Economic Consequences of Peace* (As consequências econômicas da paz, de 1919.⁹ São também dos

⁹ As avaliações de Keynes lhe serviriam também para respaldar suas teses sobre o papel e as falhas da opinião pública; é o que faz recorrendo a uma citação, na qual o célebre economista se refere ao papel de Lloyd George com respeito ao Tratado de Paz, dizendo: “Sabia que o Tratado não era sensato e era em parte impossível, pondo em risco a vida da Europa, mas que as paixões e a ignorância do público desempenham no mundo um papel que quem aspire a guiar uma democracia precisa levar em conta; e a paz de Versalhes era no momento o melhor ajuste permitido pelas exigências da multidão e dos principais atores envolvidos.”

anos 1920 *Human Nature and the Peace Problem (A natureza humana e o problema da paz (1925)*, *The Public Mind: Its Disorders and its Explanation (a mente do público: sua explicação e suas desordens) (1926)* e *The Money Game: How to Play it (O jogo do dinheiro: como jogar) (1928)*. Entre 1928 e 1931 Angell foi também editor da prestigiosa revista *Foreign Affairs*, e por um breve período, entre 1929 e 1932, representante no Parlamento do Partido Trabalhista, no qual ingressara no princípio da década por considerar que era o mais compatível com as suas idéias sobre política internacional, e menos pela sua orientação socialista. Cumprido o mandato, declinou da candidatura à reeleição por considerar que, livre de restrições orçamentárias, teria melhores condições para apresentar à cidadania as suas teses internacionalistas.

Para Angell os anos trinta foram os de maior produção intelectual, que se intensificou paralelamente com a ascensão dos regimes fascistas e o obscurecimento do cenário mundial. Em 1932 publicou *The Unseen Assassins (Os assassinos que não foram vistos)*; em 1933, ano em que recebeu o Prêmio Nobel da Paz, publicou *From Chaos to Control (Do caos ao controle)*, *The Press and the Organization of Society (A imprensa e a organização da sociedade)*, uma nova edição de *The Great Illusion* e um estudo intitulado *The International Anarchy (A anarquia internacional)*. Em 1934 escreveu *The Menace to Our National Defense (A ameaça à nossa defesa nacional)*; em 1935, *Peace and the Plain Man (A paz e o homem comum)*; em 1936, *This Have and Have-Not Business (O negócio do ter e do não ter)*; *Political Fantasy and Economic Fact (Fantasia política e fatos econômicos)*; em 1937, *The Defense of the Empire (A defesa do império)*; em 1938, *Peace with the Dictators?(Paz com os ditadores?)* e *The Great Illusion Now (A grande ilusão agora)*; em 1939, *For What Do We Fight? (Para que lutamos?)*

Uma das características da maioria desses trabalhos, nos quais alguns pensam ver, não sem razão, um ajuste da sua perspectiva e um tom menos racionalista, era a ênfase na idéia da segurança coletiva, tal como tinha sido contemplada pelo Artigo XVI do Pacto da Liga das Nações. Angell admitia que a defesa era um fator predominante no comportamento externo dos estados, que a auto-preservação era a primeira e a última das suas exigências – “a primeira lei da vida de cada coisa viva, seja física ou política”. Sustentava, porém, que havia duas formas de conceber a segurança: confiando exclusivamente nas próprias forças, ou seja, dependendo de si mesmo, o que acentuava os aspectos anárquicos do sistema internacional e portanto a tendência ao conflito e às ameaças de guerra, ou repousando em um sistema mais eficaz de defesa mútua, cooperativo ou coletivo, plasmado em uma grande combinação de Estados capazes de criar um poder muito grande – diplomático, político, econômico e financeiro, além de militar e naval – com condições para fomentar a paz e conter as tendências belicosas de qualquer nação.

Como todos os que se interessam pela natureza das relações internacionais, o fenômeno da anarquia ocupava o primeiro plano da sua análise. Segundo essa visão, só era possível terminar com a anarquia mediante dois procedimentos: a imposição por parte de um detentor do poder ou o consentimento comum. No primeiro caso tínhamos o imperialismo, o estilo da *pax romana*; no segundo, a segurança coletiva. Obviamente, sua opção por esta última via estava muito clara. Embora não proporcionasse uma interpretação detalhada do sentido e do alcance da organização federativa, sustentou reiteradamente que sempre que um grupo de coletividades soberanas e independentes recorriam a essa forma de encarar a defesa comum, a guerra entre elas

podia terminar.¹⁰ Na anarquia, cada nação procura a sua segurança tornando-se mais forte do que os vizinhos, o que implica uma ameaça à segurança destes últimos. A única solução para este dilema era fazer com que a defesa de cada país fosse função de todos, método equivalente ao que tinha chegado a se impor no plano nacional, mas que, para ser adotado no âmbito internacional, enfrentava a falta de compreensão por parte do público, “confundido com respeito aos riscos que corria ao escolher um caminho em lugar de outro.” Se uma nação estivesse convencida de que no longo prazo podia confiar no funcionamento do sistema, em vez de depender exclusivamente das suas próprias forças, não se empenharia em ser mais forte do que as outras para conservar a vida; ao contrário, se um membro de um sistema coletivo tivesse dúvidas sobre se os outros membros sairiam em sua defesa em caso de um ataque, se negaria ao desarmamento, fazendo alianças especiais, o que provocaria suspeitas nos outros, induzindo-os a agir da mesma forma. Sem um compromisso explícito de trabalhar em conjunto contra o agressor, de modo a oferecer a cada membro da coletividade das nações um meio de defesa diferente do seu poder nacional, não haveria como escapar da velha competição anárquica.

Em seus textos da década de 1930 o auspício da segurança coletiva se acompanhava de uma crítica muito firme às políticas de acomodação da Grã-Bretanha e ao isolacionismo norte-americano. No caso do Governo de Washington, seu afastamento da Liga das Nações, depois de ter agido como o seu promotor mais entusiasta, tinha sido “o primeiro de todos os desastres” da entidade, que teria muito a ver

¹⁰ O exemplo que cita é o contraste entre a evolução das treze colônias da América do Norte, depois da independência, e o que aconteceu com a fragmentação das repúblicas centro e sul-americanas, sobretudo as primeiras, que depois da divisão começaram a guerrear entre si.

com a explosão de uma nova guerra. Quanto ao Governo inglês, tinha um compromisso parcial com a Liga, sob a influência de uma imprensa que promovia ativa campanha contra ela, queixando-se, entre outras coisas, das despesas que obrigava a fazer.

Angell denunciou a tolerância com relação aos programas expansionistas da Alemanha, do Japão e da Itália, propiciada por uma combinação de conservadores e pacifistas. Por trás dessa atitude vislumbrava razões ideológicas dos setores mais conservadores, e quis demonstrar com insistência suas debilidades e contradições, procurando neutralizar a influência de grupos importantes, formados por proprietários de jornais, jornalistas, políticos e intelectuais eminentes, que transmitiam ao povo a idéia de que, para viver em paz, o país precisava abster-se de intervir nas disputas entre países cujo destino não lhe dizia respeito.

As “comunidades de defesa” a que se referia não trariam o risco de participar de conflitos alheios, porque sua mera existência limitaria esses conflitos, atuando como um mecanismo efetivo de dissuasão. A seu juízo não havia uma só objeção contra o sistema coletivo que não pudesse ser aplicada, com mais razão, ao velho sistema de segurança individual e ao equilíbrio de poder. Apesar de tudo, em 1914, a vintena de Estados que tinham entrado na guerra estavam livres de compromissos que os obrigassem a isso, circunstância que não os isentou de envolver-se com o conflito. Se houvessem assumido compromissos efetivos e abertos, é provável que não tivessem sido arrastados à guerra, pois se a Alemanha tivesse sabido que, conduzindo-se de forma agressiva, teria de enfrentar as forças reunidas de vinte países, não teria agido como agiu, e a guerra não teria ocorrido. A lição era que, se as nações se armavam, deviam revelar de antemão que motivos as induziriam a combater.

A “combinação de potência” do sistema coletivo reconhecia a todos os Estados igualdade de direitos em questão de defesa, mas fazia com que qualquer país inclinado à guerra se encontrasse frente a forças de tal superioridade que a sua campanha estaria destinada a fracassar; seria uma aventura imprudente, e uma atitude mais “realista” do eventual agressor desestimularia essas aventuras.¹¹

A política de defesa coletiva podia assumir diferentes formas, sendo desnecessário reduzi-la a um sistema rígido de compromissos permanentes, mas podia desenvolver-se gradualmente, adaptando-se às condições do sistema internacional. Não se devia interpretá-la também como um mero subterfúgio para perpetuar o *status quo*, conforme objetavam os setores da esquerda, mas apenas uma garantia de que o mesmo não seria alterado mediante a guerra. Por outro lado, tinha plena consciência de que a solução do problema da guerra entre Estados soberanos não significava o desaparecimento dos conflitos, desordens e injustiças internacionais; não ficava decidida a questão mais profunda de extirpar as causas das guerras civis, as guerras entre classes sociais, as animosidades inflamadas entre grupos religiosos e os ódios encarniçados devido a diferenças raciais.

Angell esteve entre os analistas políticos que com mais fundamento questionaram o conceito e a prática do equilíbrio de poder. Admitia que toda política de defesa precisa necessariamente “levar em conta a forma como o poder está distribuído”, mas acreditava também que atuar conforme a idéia de equilíbrio não só colocava o poder em um lugar distinto do que lhe correspondia na sociedade humana, privilegiando a força sobre o direito, como também era menos

¹¹ Norman Angell, *The Labour Peace Policy and its Critics*, em *Labour*, Londres, junho de 1935.

efetivo como medida de prevenção da violência. A intenção de manter o equilíbrio de poder (situação além de tudo sempre instável) resultava necessariamente em uma oscilação da preeminência – primeiro de um lado, depois do outro – que ativava a conflitividade. “Nós não queremos um equilíbrio de poder entre Estados totalitários e democráticos, entre agressores e vítimas; queremos uma preponderância irresistível de poder contra o agressor, e é duvidoso que possamos mantê-la por muito tempo se houver esforços constantes para manter um equilíbrio entre os mesmos aliados... Nosso esforço deve orientar-se não para um equilíbrio calculado entre os vários aliados, mas para um ponto de encontro de interesses comuns por trás dos quais possa concentrar-se o poder coletivo da comunidade de nações: o direito à vida, à auto-determinação, à existência livre de ameaças e de todas as formas de violência.”¹²

Por último, é necessário lembrar que o seu conceito de defesa incluía um aspecto que oferecia um flanco muito vulnerável à crítica, ao justificar as práticas intervencionistas do liberalismo anglo-saxão. Angell sustentava que as numerosas guerras feitas pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha – potências saturadas ou saciadas, que por isso defendiam a conservação do *status quo* – não tinham sido guerras de agressão, embora travadas fora da suas fronteiras. Além da invasão e da proteção do solo nacional, havia muitas outras hipóteses que todas as grandes nações consideravam como um ataque, estando decididas a impedir por meio das armas que elas se concretizassem: o acesso a territórios não desenvolvidos, a colonização de novas terras, o livre uso dos estreitos marítimos, a passagem pelos canais inter-oceânicos,

¹² Norman Angell, *Peace with Dictators?* (trad. espanhola, *La Paz y los Dictadores*, Buenos Aires, Losada, 1939).

a proteção dos seus cidadãos em países em situação de rebelião interna, os direitos extraterritoriais no Extremo Oriente, as capitulações no Levante, os direitos do mar. Esses conceitos correspondiam à sua defesa do imperialismo, embora em uma versão singular, pois Angell não atribuía valor econômico às possessões coloniais embora acreditasse na difusão da civilização e na incorporação ao mercado de regimes retrógrados, que resultaria em benefício do conjunto da humanidade – e considerava apropriada a política imperial britânica com suas formas de associação e autogoverno tal como vinham sendo plasmadas no *Commonwealth*.¹³

Outra nota singular de Angell foi a forma como analisou a relação entre capitalismo, socialismo e paz. Opinava que quando os capitalistas fomentavam a guerra, como o faziam às vezes em nome da conquista de mercados, expunham-se aos mesmos erros e paixões da generalidade das pessoas, e raciocinavam como nacionalistas e militaristas, não como economistas. De seu lado, o socialismo errava ao acreditar que podia beneficiar-se do caos. Socialistas e capitalistas tinham um interesse comum na conservação da ordem internacional e na supressão da guerra. O capitalismo não precisava da guerra, nem ganhava com ela: ao contrário, se enfraquecia. Por outro lado, certas críticas dos socialistas feitas aos esforços para aperfeiçoar a ordem internacional por meio da lei e da segurança coletiva eram uma péssima estratégia do ponto de vista da reforma social. Em uma frase que revela sua perspectiva ideológica, comenta: “Infelizmente a guerra fez também com que fracassasse o ideal socialista; em nenhum lugar da Europa Ocidental o

¹³ Norman Angell, *Peace and the Plain Mall* (trad. espanhola, *La Paz y el Pueblo*, Barcelona, Biblioteca Interamericana, 1936).

socialismo conseguiu escapar da guerra. Houve revoluções, mas seguidas sempre de contra-revoluções em que o capitalismo perde os traços liberais que tenha adquirido. Do caos da guerra foi o fascismo que surgiu, não o socialismo; não a revolução social prognosticada por Marx, mas a contra-revolução, a destruição dos frutos da Revolução Francesa.”¹⁴

Angell chama atenção reiteradamente para o fato paradoxal de que, terminada uma guerra que pretendia tornar o mundo seguro para a democracia, ocorreu em toda parte uma verdadeira epidemia de ditaduras, de autocracias totalitárias ao lado das quais o governo do Kaiser parecia liberal. Em consequência, o socialismo democrático e o capitalismo liberal tinham um interesse comum: a conservação da ordem política e a prevenção da desordem social que provoca o surgimento de um fascismo pernicioso. Seguindo esta linha de argumentação, que o levava além de tudo a discutir as teses enunciadas pelo seu compatriota Harold Laski (segundo as quais o capitalismo era a causa principal da guerra, pela demanda de mercados para colocar seus excedentes e a necessidade de apoiar esse empreendimento com um sólido poder militar), Angell interpretou a decisão da União Soviética de ingressar na Liga das Nações como uma prova de que a sociedade capitalista e a socialista tinham um interesse comum na prevenção da guerra, e a proteção da primeira grande experiência socialista da história parecia derivar para uma doutrina de cooperação entre sistemas rivais.

A perspicácia de Angell se refletia nas suas previsões das características que deveria ter uma nova guerra e as alianças que

¹⁴ Norman Angell, *La Paz y los Dictadores* (op. cit.).

poderiam enfrentar-se nessa ocasião. Quanto ao primeiro ponto, antecipava uma luta em que a força aérea seria grande protagonista, e na qual desapareceria a distinção entre civis e militares. Os beligerantes fariam o possível para destruir os centros nervosos do inimigo: estações ferroviárias, depósitos de água potável e grandes conglomerados industriais, e os destruiriam não só com bombas carregadas de explosivos poderosos mas também com bombas incendiárias, de gás tóxico e de bactérias patogênicas.¹⁵

Com respeito à descrição de possíveis alianças, modeladas com base nos interesses, ameaças e ideologia dos protagonistas, vislumbrava no continente europeu duas possíveis coalizões. França, Rússia, Tchecoslováquia, Romênia, Iugoslávia, Bélgica, Dinamarca e os Estados bálticos, inclusive a Polônia, tinham um interesse comum em opor-se ao crescimento do poderio alemão. De outro lado, a tendência do Japão, aliado potencial da Alemanha, a apoderar-se da China se opunha completamente aos interesses dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, União Sul-Africana e a parte asiática do Império Britânico. Nessas relações se insinuava o núcleo de uma coalizão mundial contra a agressão que pudesse perpetrar aqueles países mais inclinados a perturbar a paz. “Os Estados Unidos, Rússia, China e Grã-Bretanha, juntamente com outros estados, são aliados potenciais e a ação comum dos quatro pode ser vista por um agressor potencial como um poder suficiente para dissuadi-lo.”¹⁶

Durante a segunda metade dos anos 1930, quando a Liga das Nações atravessava o seu momento mais difícil, não só devido à

¹⁵ Norman Angell, *La Paz y el Pueblo* (op. cit.).

¹⁶ Norman Angell, *La Paz y los Dictadores* (op. cit.)

incapacidade de impor sanções mas também aos ataques das potências do Eixo e à indiferença dos governos democráticos, Angell aderiu à iniciativa de um grupo de prestigiosas personalidades anglo-francesas, que pretendiam manifestar seu apoio àquela organização internacional. Esse grupo encetou uma Campanha Internacional Pela Paz, que recebeu rapidamente numerosas adesões de organismos não governamentais, e que se materializou em um congresso internacional realizado em Bruxelas em setembro de 1936, com mais de quinhentos participantes, representando entidades de 35 países.

Havia seguramente boas razões para ver no início da Segunda Guerra Mundial uma confirmação de muitas das presunções do combativo Angell, sobretudo pelo fracasso da segurança coletiva e a combinação do isolamento com a acomodação. Neste sentido, sua descrição das causas da primeira conflagração mundial em larga escala eram válidas para a segunda. E se tivesse sido possível unificar o poder da Europa, dedicando-o a sustentar a paz comum, teriam surgido instituições internacionais capazes de proporcionar os meios para efetuar mudanças pacíficas. A defesa nacional teria chegado a ser um procedimento cooperativo e seria, como não poderia deixar de ser na anarquia internacional, um instrumento com o qual se negava aos outros o direito reclamado para si. Nas duas ocasiões os Estados Unidos e a Grã-Bretanha precisaram entrar na guerra – os primeiros mais tardiamente do que a segunda – para enfrentar ameaças que podiam ter sido evitadas. É interessante comprovar que, para explicar as razões pelas quais os Estados Unidos tinham decidido combater, Angell emprega argumentos quase idênticos aos dos realistas mais conhecidos, como Nicholas Spykman ou Walter Lippman. O triunfo da Alemanha e a derrocada britânica teriam de significar a maior ameaça para a

segurança norte-americana, segurança que durante mais de um século tinha contado com o apoio do poder naval de Londres.

Nos anos da Segunda Guerra Mundial Angell escreveu *America's Dilemma: Alone ou Allied?*(O dilema da América: isolada ou aliada?) (1940) e *Let the People Know* (*Que se diga ao povo*), publicado em 1943, que se converteu em um dos textos mais sugestivos sobre a política internacional da época. Em 1947 publicou *The Steep Places: An Examination of Political Tendencies* (*Os despenhadeiros: um exame das tendências políticas*), e em 1951 sua já mencionada *Autobiography*.

* * *

Fazer um balanço da obra de uma figura como Norman Angell é empreendimento difícil, que exige abordagem rigorosa e uma ampla perspectiva. O uso que se fez das suas posições, reais ou supostas, e as controvérsias que ele suscitou exigem um exame do conjunto da sua obra, tomando nota da evolução das suas idéias, do que existe de continuidade e mudança na sua linha de reflexão e análise, dos ajustes que pode ter introduzido em contato com as circunstâncias que se sucediam em cada momento no cenário mundial. Só assim poderão ser desvendados todos os matizes de um pensamento genuinamente prolífico, evitando interpretações parciais ou focalizando fragmentos selecionados com intuito polêmico ou para exibi-lo como exemplo paradigmático de uma determinada vertente teórica.

A maioria dos estudos, críticos ou descritivos, dedicados a examinar a sua abordagem aos assuntos mundiais põem ênfase na presunção de racionalidade, ou seja, a convicção de que há uma razão humana comum que pode e deve constituir a base dos nossos

comportamentos individuais e das instituições sociais; não obstante, ao lado do que possa ter sido sua ponderação desse componente racional das condutas, o mais importante em Angell foi o esforço que fez para construir (ou modificar) todo um sistema de crenças.

Indubitavelmente Angell dava continuidade à tradição do internacionalismo racionalista e liberal do século XIX. As teses do cosmopolitismo livre-cambista que Cobden e Bright tinham sustentado desde meados do século XIX¹⁷ foram retomadas por ele em um contexto no qual a interdependência comercial mencionada por aqueles autores se acrescentavam os efeitos das transformações ocorridas nas comunicações e no sistema financeiro mundial. A marca de Stuart Mill está refletida na perspectiva social, que por sua vez se vincula ao reformismo liberal de Hobhouse, um contemporâneo que também via o fenômeno da crescente interdependência das nações como um fator que podia atuar em benefício da paz; além, naturalmente, dos diferentes elementos ideológicos do trabalhismo inglês. Por outro lado, não parece um exagero encontrar nele uma antecipação dos argumentos que seriam desenvolvidos mais tarde por Karl Polanyi em *A Grande Transformação*, quando explica o ciclo europeu de paz como resultado da expansão da “*haute finance*”, assim como das teses muito mais recentes sobre o estado comercial ou a interdependência complexa.

Angell reconhecia que o fanatismo era um fato comum nos assuntos humanos, e que “os seres humanos amam a violência”, mas isso não nos devia impedir de fazer todo o esforço possível para progredir no caminho do racionalismo político e para que os homens

17 Já a fins da década de sessenta Cobden anunciava a seus eleitores ingleses que estavam vivendo “uma época em que é impossível que a guerra seja vantajosa”.

se deixem guiar pela razão e não pelas paixões. “Não considero impossível modificar ou formar as idéias dos indivíduos, argumento que nos condenaria ao silêncio universal, pondo fim a toda produção política. Mesmo supondo que a tarefa de modificar as opiniões políticas fosse tão laboriosa e difícil como os críticos presumem, não teríamos por que renunciar a ela. Quanto mais eles insistam na gravidade desse obstáculo, mais e mais notória será a necessidade de nos esforçarmos para vencê-lo ... a inteligência é o único meio de fazer frente às forças da natureza; a intervenção da inteligência informada e consciente como um fator entre as forças que regem o desenvolvimento social é o único modo pelo qual a sociedade pode garantir-se contra o seu desmembramento ou dissolução.”

Toda a obra de Angell, desde o que escreveu antes de *The Great Illusion*, teve um objetivo principal e uma premissa básica. O objetivo era demonstrar aos dirigentes políticos e ao público em geral que os conceitos convencionais de que eles se valiam eram geralmente falsos, propondo a forma correta de analisar e tornar inteligíveis os problemas da guerra, paz e segurança das nações; a premissa era a gravitação das idéias sobre a ação política e, como se disse, a possibilidade de uma ampliação da racionalidade nessa esfera.

Da sua convicção de que os homens não se guiavam pelos fatos, mas pela opinião que tinham sobre eles derivava o esforço constante para livrar o grande público dos erros de percepção e dos falsos estereótipos. A respeito do patriotismo militarista, a presunção das vantagens econômicas da conquista ou a relação positiva entre poder e bem-estar, a defesa individual, as críticas à Liga das Nações ou as políticas de acomodação, eram todas idéias com forte sustentação no pensamento majoritário das pessoas, cujas conseqüências em um

sistema democrático contrariavam o interesse dos cidadãos e das nações. Em *A Grande Ilusão* escreveu: “Quando os fatos sobre os quais se apóiam minhas teses forem plenamente conhecidos pela opinião pública européia – da qual depende absolutamente a subsistência ou o desaparecimento do regime militarista –, os movimentos agressivos não mais terão razão de ser ... É chegado o momento de promover uma campanha de educação na Europa; de fazer com que os sessenta e cinco milhões de indivíduos que ganham a vida laboriosamente, e cujo dinheiro serve de combustível para sustentar essas rivalidades, percebam a realidade das coisas.”

Partindo da premissa de que os governos “foram criados para proteger e não para sacrificar os interesses colocados sob a sua custódia”, e ecoando a expressão de um político francês: “sou líder, por isso sigo os outros”, Angell considerava que, em um regime parlamentar, o chefe de partido ocupava esse lugar “a título de ser o representante da média das opiniões do partido”, e que essa média de opiniões refletia ou se adaptava às opiniões predominantes no seio da sociedade, as quais por sua vez resultavam (como a sua experiência jornalística havia constatado) da influência da imprensa. Era praticamente impossível que os governos baseassem seus planos políticos em idéias que contrariassem o que as pessoas pensavam, desarticulando-se dos climas de opinião.

Naturalmente, Angell não desprezava a influência sobre os governantes, mas considerava muito mais importante educar aqueles que com seu voto os consagravam, impondo-lhes seus pontos de vista. Por isso, o principal destinatário da sua mensagem fundamentalmente pedagógica era o homem comum, esse John Citizen ou John Smith de que fala extensamente nos seus escritos – que quer ver identificando

seus verdadeiros interesses, libertando-se dos erros e paixões, procurando “apresentar e responder as suas perguntas, dúvidas e temores a respeito da guerra, suas causas, origens e resultados”. Por vezes esse entusiasmo pedagógico se reflete na forma como os problemas são apresentados, iniciando com uma ampla lista das interrogações mais comuns – quase setenta em *Peace and the Plain Man*, escrito em 1935.

* * *

Da perspectiva de um estudioso das relações internacionais, Norman Angell pode ser tomado simplesmente como o autor emblemático de uma interpretação idealista ou utópica; como alguém que, por meio de uma produção muito ampla, abordou questões e empregou categorias fundamentais para o desenvolvimento dessa disciplina, e que portanto merece ser reconhecido como um marco necessário na sua história. Isto se aplica, por exemplo, às análises que nos deixou sobre a forma como os atores percebem os interesses mútuos em contextos de anarquia, à lógica dos mecanismos dissuasórios, à analogia entre pessoas e Estados, às alternativas pelas quais contrapôs o emprego da força nas relações internacionais; a suas reflexões a propósito da vinculação entre a interdependência econômica e a textura e recursos dos Estados, o equilíbrio de poder, as instituições de segurança coletiva, os fatos relativos à formulação da política exterior. São igualmente insubstituíveis os seus comentários sobre os episódios mais relevantes da política mundial durante a primeira metade do século XX.

Quanto ao seu presumido utopismo, não pode deixar de ter origem no equívoco mencionado no início deste Prefácio, e que de certo modo teve início com o seu coetâneo E. H. Carr, foi sustentado por Morgenthau e continua vigente, como o demonstra o comentário de Waltz em artigo recente no qual atribui a Angell haver resumido os textos de gerações de economistas clássicos e neoclássicos e extraído deles a conclusão dramática de que “não deveria haver guerra porque ela não era rentável.”¹⁸ Como já foi assinalado, há muitas evidências de que Angell nunca sustentou isso, e que não incorreu no erro que atribui àqueles com que polemiza ou a quem se dirige, ou seja, não se iludiu a respeito do êxito de um esforço orientado para o modo de pensar os temas da guerra e da paz; de outro lado, para sermos fiéis ao seu prognóstico sobre a guerra, deveríamos distinguir entre as afirmativas de que “não haverá”, “não deveria haver”, “não convém que haja” e “é possível fazer certas coisas para que não haja”.

Somos tentados a concluir que Angell esteve mais próximo da necessária combinação de utopia com realismo exigida por Carr do que este último autor. Desde logo, há os que o classificam nas fileiras do realismo, e não do idealismo, e acham que, ao valorizar certos fatos, Angell foi mais realista do que o célebre historiador. Neste sentido, já eram mencionadas as previsões sobre o que seria a associação dos Aliados, e também sua sugestão de que a Rússia poderia aproximar-se de Berlim se Londres lhe voltasse as costas.¹⁹

¹⁸ Kenneth Waltz, “Globalization and Governance in Political Science and Politics”, em *Political Science and Politics*, vol. XXXII, dezembro de 1999.

¹⁹ No que diz respeito à comparação entre Angell e Carr seria bom investigar, e colocar em alelo a produção contemporânea. Antes de comparar *The Twenty Year's Crisis* ou *Conditions of Peace*, escritos em 1939 e 1942, com *The Great Illusion*, publicado antes da Primeira Guerra Mundial, seria o caso de compará-los com os textos preparados na mesma época, isto é, *Peace the Plain Man, Peace with Dictators?* ou *Let the People Know*.

Precisamente, um capítulo em que manifesta sua perspicácia ara apreciar os fenômenos que definem o clima da época é o que mantém observações sobre a natureza dos fenômenos sociais, políticas e ideológicos que influenciavam o cenário internacional nas duas décadas anteriores à Segunda Guerra Mundial. Abordar este aspecto da sua obra nos revela um pensador cuja filiação política o situa n um campo próximo do socialismo liberal, e com notável capacidade para penetrar no que há de mais profundo naqueles fenômenos, identificando matizes que não foram percebidas pela maioria dos contemporâneos.

Em meados da década de 1930 Angell tinha escrito: “Somos testemunhas de uma revolução social em grande parte do mundo, revolução social que tem pouco a ver com a de Marx. A única revolução comunismo que teve êxito não aconteceu onde deveria ter ocorrido segundo a se marxista – em um país altamente industrializado – porém na menos industrializada de todas a nações, e os fatores que contaram para isso foram o caráter pessoal e a genialidade de três ou quatro homens, não as forças puramente materiais do determinismo econômico.”²⁰

Poucos anos depois voltaria ao tema, e baseando-se no que a economia na Grã-Bretanha, com seus programas de seguridade social e o fortalecimento do poder sindical, e nos Estados Unidos desde a implantação do *New Deal*, descrevia a incontrastável aceleração da reforma social e o progresso da socialização. Tendência que considerava positiva, e que tinha a certeza de que continuaria a aprofundar-se, contrastando com um movimento muito menos positivo no campo das relações entre os Estados.

²⁰ Norman Angell, *Peace with Dictators?* (op. cit.)

O nacionalismo não estava muito distante dessa tendência: fenômeno em cuja análise Angell mostrava tudo o que o afastava de uma perspectiva idealista. Dizia: “Provavelmente o sentimento nacionalista é a força política mais poderosa do mundo moderno.” Se a estrutura política européia se baseava na existência de soberanias independentes, em vez de repousar, como no caso da América do Norte, em um sistema federativo, era porque “o nacionalismo se harmoniza com impulsos humanos profundos, instintos e outros fatos psicológicos que é preciso reconhecer, assim como é preciso admitir os fatos econômicos. Pretender que a nossa natureza não contenha ódios e agressividade, desejos de domínio e de represália, sadismo e apetites, que contrariam muitas vezes nossos interesses materiais e frustram nossas intenções conscientes, é desconhecer tanto a experiência diária como os ensinamentos da história.”²¹

As grandes tendências da época se materializavam em regimes de signo distinto mas de iguais práticas autoritárias. Dizia Angell: “Poucas coisas são tão reveladoras do parentesco espiritual entre o comunismo e o nacional-socialismo como comparar os processos de Moscou com o incêndio do *Reichstag*, e a OGPU com a Gestapo.” Mesmo assim, reconhecia uma diferença entre os casos da União Soviética e da Alemanha. A Rússia sempre fora uma autocracia pura, e a ascensão do bolchevismo havia ocorrido em uma sociedade que mal deixara a barbárie asiática, enquanto no momento do triunfo de Hitler a Alemanha era um país altamente civilizado; em conseqüência, “o que para a Rússia significa um progresso com relação à situação anterior, para a Alemanha representa um retrocesso na sua civilização.” Afinal,

²¹ Norman Angell, *Peace and the Plain Man* (op. cit.)

o que devia ter importância primordial não era “que o país representasse o regime mais odiado, porém o mais perigoso devido à sua ambição.”²²

Os regimes fascistas não eram o resultado de necessidades econômicas, da pobreza ou da fome; aqueles que os impulsionavam “estavam bem alimentados, bem vestidos e pertencem geralmente à classe média. Estamos diante de uma revolução da classe média, devida em parte a injustiças e contratempos, mas também ao puro amor à violência, a uma revolta contra a razão, contra o livre debate e a liberdade de pensamento.”²³

Quanto ao aspecto internacional, Angell insistia em reconhecer que a Rússia não era um Estado que desejasse territórios de outros países, enquanto a Alemanha, a Itália e o Japão se declaravam expansionistas, e se dedicavam à aquisição de terras alheias. De outro lado, aceitava a idéia, muito difundida nos setores liberais, de que, desde que Stalin se impusera a Trotsky, Moscou tinha abandonado a idéia de exportar o comunismo. “Pode não ter deixado de lado os lemas revolucionários, mas os deixou de lado como política exterior. Sua ideologia já não é principalmente bolchevista ou marxista, é russa.”²⁴

Uma vez iniciada a Segunda Guerra Mundial, esses argumentos serviram a Angell para explicar e justificar a aliança com a União Soviética, e para sugerir uma orientação para a ordem mundial no pós-guerra: ele estava entre os que acreditavam que a estabilidade do mundo dependia de que a aliança da guerra, que incluía a União Soviética, fosse mantida na paz. Essa unidade facilitaria a solução da enorme seqüela de problemas deixados pelo conflito – carências alimentares,

²² Norman Angell, *ibidem*.

²³ Norman Angell, *ibidem*.

²⁴ Norman Angell, *Let the People Know*, N.York/Londres, Viking Press, 1943.

ressentimentos e revanchismos políticos e ideológicos, deslocamentos maciços de população, etc. – e desestimularia futuras ameaças.

Não lhe parecia irrazoável que a União Soviética aceitasse desempenhar esse papel. Além da tendência já mencionada de construir o socialismo em um só país, ela sairia da guerra em tal estado de devastação e com tais necessidades econômicas que o Ocidente tinha dificuldade de imaginar. Boa parte do resultado do trabalho realizado nos últimos vinte anos havia sido destruído, o que a obrigaria praticamente a recomeçar, e o faria depois de assistida pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha, de modo que as antigas acusações bolchevistas de que o capitalismo se unia para a sua destruição ficavam desacreditadas, com a eliminação de muitas suspeitas e hostilidades. E concluía: “Quando a Rússia estiver mais estreitamente associada para a sua defesa com os Estados capitalistas, desaparecerá muito do que nela desaprovamos. É evidente que a Rússia não vai querer destruir ou debilitar aqueles de quem precisa para a sua própria defesa. Será abandonada a teoria de que em qualquer circunstância os capitalistas devem ser inimigos.”²⁵

Assim, Norman Angell punha em evidência uma vez mais sua capacidade de ponderar interesses e situações, despido de preconceitos ideológicos e expondo critérios de “realismo normativo”, os quais, se tivessem prevalecido na segunda metade do século XX, poderiam ter conduzido a política mundial por caminho muito mais construtivo.

* * *

²⁵ Devemos lembrar que os argumentos desse tipo eram subscritos por muitos acadêmicos e políticos “ocidentais”, entre outros o ex-Subsecretário de Estado norte-americano Sumner Welles, no seu livro *Hora da Decisão*.

PREFÁCIO DO AUTOR

para a edição em espanhol

Os princípios ou categorias de forças que procurei explicar neste livro têm interesse especial para os países da América hispânica. Com efeito, esses países me proporcionaram boa parte dos exemplos de que me servi para tornar inteligível a ação de tais princípios e forças. O efeito do desenvolvimento industrial sobre as condições políticas é um problema que deveria ser investigado por todos os que se preocupam com o bem-estar da América hispânica, e é o que quis estudar aqui. A despeito de todas as aparências em contrário, a meu juízo, a América hispânica, em termos práticos, encontra-se mais próxima de algum tipo de confederação do que a própria Europa. E penso que não há um só dos princípios discutidos aqui que não tenha uma relação prática e direta com essa tendência.

Adotei neste livro um método de exposição um tanto livre, a saber: A sinopse não passa de uma ligeira indicação do sentido geral da argumentação apresentada - ou seja, não que a guerra seja impossível, mas é fútil e ineficaz, mesmo quando vitoriosa, como meio de alcançar aqueles objetivos morais e materiais que resultam das necessidades dos modernos povos europeus; por conseguinte, da percepção e compreensão dessa verdade vai depender a solução do problema do armamentismo e da guerra.

A questão econômica geral está resumida no capítulo III da Primeira Parte.

Os aspectos moral, psicológico e biológico estão resumidos no capítulo II da Segunda Parte.

O tema da Terceira Parte é o resultado prático - a política que deveríamos adotar em matéria de defesa, como e por que o respectivo progresso vai depender da reforma da opinião pública, e quais os processos adequados para alcançar esse fim.

Esse método de exposição tornou necessárias algumas breves repetições de fatos e exemplos, repetições insignificantes em si mesmas e que em conjunto não representam mais de três ou quatro páginas. Meu objetivo essencial foi expor a questão com toda a clareza, mais do que obedecer estritamente às regras de redação. Por outro lado, procurei condensar até o limite extremo o conjunto de fatos e detalhes relativos à tese que defendo; e os que queiram penetrar intimamente no significado e no alcance das questões aqui tratadas, todas elas dignas de estudo, farão bem em ler o livro até a última página.

Norman Angell

SINOPSE

Quais são os motivos fundamentais que explicam a atual corrida armamentista na Europa, particularmente entre a Inglaterra e a Alemanha? Todos os países invocam a necessidade da sua defesa, mas essa declaração implica que alguém está disposto a atacá-los e presumivelmente tem o propósito de fazê-lo.

Em cada caso, quais motivos os Estados temem que possam ser determinantes de uma conduta agressiva por parte dos seus vizinhos?

Esses motivos se fundamentam na crença universal de que, para abrigar sua população em crescimento e para o desenvolvimento da indústria, ou simplesmente para garantir a seu povo as melhores condições possíveis, as nações estão obrigadas necessariamente a buscar sua expansão territorial, exercendo contra as demais a sua pujança política. Assim, a competição naval da Alemanha é considerada como a expressão da necessidade crescente que tem uma população que se expande de encontrar um lugar no mundo - necessidade que tende a ser satisfeita mediante a conquista das colônias ou do comércio da Inglaterra - a não ser que a defesa dos países visados torne isso impossível. Presume-se, portanto, que a prosperidade de uma nação depende do seu poder político; que, como as nações competem entre si, o triunfo está reservado, em última análise, à que dispuser de força militar preponderante, enquanto as nações mais fracas devem sucumbir, a exemplo do que acontece nas demais esferas da luta pela vida.

O autor contesta essa doutrina em sua totalidade. Procura mostrar que ela pertence a um período da civilização que já

ultrapassamos; que a indústria e o comércio de um povo não dependem mais da expansão das suas fronteiras políticas; que as fronteiras políticas e econômicas de um país não precisam necessariamente coincidir; que o poder militar é fútil do ponto de vista social e econômico e pode não ter relação com a prosperidade do povo que o exerce; que é impossível para um país apropriar-se pela força do comércio ou do bem-estar de outro país, ou enriquecer, subjugando-o e impondo-lhe pela força a sua vontade. Em suma, que a guerra, mesmo quando vitoriosa, não pode alcançar os objetivos postulados como uma aspiração universal.

Além disso, o autor descreve um aparente paradoxo no tocante ao problema econômico, demonstrando que a riqueza do mundo economicamente civilizado baseia-se no crédito e nos contratos, os quais resultam de uma interdependência econômica decorrente da crescente divisão do trabalho e da facilidade das comunicações. Quando o crédito e os contratos comerciais são feridos por uma tentativa de confisco, a riqueza, que depende do crédito, fica prejudicada, e sua ruína acarreta a ruína do conquistador. Nesses termos, para não ser contraproducente, a conquista precisará respeitar os bens do inimigo e, portanto, é economicamente inútil. A riqueza do território conquistado fica em mãos dos seus habitantes; quando a Alemanha se apropriou da Alsácia, nenhum alemão obteve, individualmente, um só centavo da propriedade alsaciana como burim de guerra.

Assim, no mundo moderno, a conquista se reduz a multiplicar por x para em seguida voltar ao ponto de partida, com a divisão por x . A aquisição de territórios por uma nação moderna nada tem a ver com a aquisição de riqueza pelo seu povo, assim como para uma cidade – Londres, por exemplo, a anexação de um município não acrescentaria um só centavo à riqueza dos londrinos.

O autor mostra também que as finanças internacionais estão de tal forma vinculadas entre si, e tão identificadas com o comércio e a indústria, que a intangibilidade dos bens do inimigo abrange também o seu comércio. Disso resulta que o poder militar e político não pode realmente favorecer o comércio; o comerciante ou fabricante dos pequenos países, que não dispõem desse poder, competem vitoriosamente com os comerciantes e fabricantes das grandes potências. Assim, os comerciantes suíços e belgas expulsam os comerciantes ingleses do mercado das próprias colônias britânicas. Em relação à sua população, a Noruega tem uma marinha mercante maior do que a inglesa; como indicador geral, entre outros, de segurança e riqueza dos pequenos Estados desprovidos de poder político, o crédito público muitas vezes supera o das grandes potências européias: os títulos de 3% da Bélgica são cotados a 96, e os da Alemanha, a 82; os títulos de 3,5% da Noruega, a 102, e os da Rússia, a 81.

As forças especiais que promoveram a futilidade econômica da força militar também a esterilizaram como instrumento para impor os ideais morais ou as instituições sociais de uma nação sobre o povo conquistado. A Alemanha não conseguiria converter o Canadá ou a Austrália em colônias alemãs, ou seja, extirpar a língua, as leis ou a literatura desses países, por mais que os ocupasse. A segurança material desfrutada pelos habitantes das províncias cuja conquista se supõe, a comunicação rápida por meio da impressão barata, a difusão dos livros etc. permitem que as menores comunidades se façam ouvir e possam defender eficazmente o seu patrimônio peculiar e suas posses morais e intelectuais, mesmo sob a mais completa sujeição militar. Hoje, a luta pelos ideais não pode assumir a forma de luta entre as nações, porque as linhas divisórias de ordem moral se dilatam dentro de cada país,

ultrapassando suas fronteiras políticas. Nenhum Estado moderno é completamente católico ou protestante, liberal ou autocrático, aristocrático ou democrático, socialista ou individualista. As lutas morais e espirituais do mundo moderno são travadas entre os cidadãos de um mesmo Estado, em cooperação com os grupos respectivos existentes em outros Estados não entre os poderes públicos de Estados rivais.

Essa classificação por estratos implica necessariamente novas direções para a combatividade humana, fundamentadas antes na rivalidade de classes e de interesses do que nas divisões de Estados. Já não se pode justificar a guerra sob o pretexto de que contribui para a sobrevivência dos mais capazes. Ela implica, ao contrário, a sobrevivência dos menos aptos. A idéia de que a luta entre as nações seja parte da lei evolutiva do progresso humano pressupõe uma interpretação equivocada da analogia biológica.

Não são as nações belicosas que possuem a terra: ao contrário, elas representam elementos humanos decadentes. O papel cada vez mais restrito da força física em todas as esferas da atividade humana implica modificações psicológicas profundas.

Essas tendências, resultantes em sua maior parte de um conjunto de condições inteiramente modernas, engendradas pela rapidez das comunicações, fazem com que os problemas da política internacional moderna difiram profunda e essencialmente dos antigos. Não obstante, essas idéias ainda estão dominadas por antigos axiomas e princípios, assim como por terminologia ultrapassada.

O autor insiste em que esses fatos, quase não reconhecidos, podem ser utilizados para solucionar as dificuldades trazidas pela corrida armamentista, por caminhos ainda não tentados, mediante uma mudança da opinião pública européia, em virtude da qual desapareçam

os atuais motivos de agressão, e, uma vez reduzidos os riscos de ataque, diminuam proporcionalmente as necessidades da defesa. Mostra, por fim, que essa reforma política pertence ao domínio da prática, indicando os métodos pelos quais ela poderia ser realizada.